

EXPERIÊNCIAS TEÓRICO-PRÁTICAS

PRACTICO-THEORETICAL EXPERIENCES

Orlando Fals Borda*

RESUMO: O presente artigo é uma intervenção do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda publicada na coletânea *Participación popular: retos del futuro* (ICFES, IEPRI, Colciencias, 1998). A coletânea é uma reunião de textos de intelectuais e pesquisadores que participaram do Congresso Mundial de Convergencia Participativa en Conocimiento, Espacio y Tiempo, ocorrido em 1997 em Cartagena de Indias (Colômbia). Na ocasião, além de Fals Borda, participaram nomes como Immanuel Wallerstein, Agnes Heller, Manfred Max-Neef, Paulo Freire e Fernando Henrique Cardoso. A retomada da proposta sociológica de Fals Borda em nossa coletânea é oportuna, na medida em que a reflexão sobre educação popular na América Latina implica também uma perspectiva de intervenção (expressa pela proposta da pesquisa-ação participativa de Fals Borda) junto às profundas assimetrias do continente, considerando perspectivas de mudança social que sintetizam os eixos para políticas de desenvolvimento socioeconômico e a participação política. Além disso, o texto oferece aportes metodológicos sugestivos para as diversas modalidades de pesquisa-ação participativa caras à educação popular.

Palavras-chave: Mudança social; Educação popular; Participação; Democracia.

ABSTRACT: This article is an intervention carried out by Colombian sociologist Orlando Fals Borda and was published in the volume *Participación popular: retos del futuro* (ICFES, IEPRI, Colciencias, 1998). The volume collects many papers from intellectuals and researchers who participated at the World Congress of Participative Convergence in Knowledge, Space and Time, which took place in 1997 in Cartagena de Indias (Colombia). Besides Fals Borda, the seminar counted on people like Immanuel Wallerstein, Agnes Heller, Manfred Max-Neef, Paulo Freire and Fernando Henrique Cardoso. The presence of the sociological approach of Fals Borda in our issue is timely, since the reflection on popular education in Latin America entails a perspective for intervention (expressed in the Fals Borda's participative action-research) in relation to the social asymmetries of our continent. The article synthesizes a view on prospects for social change and also discusses the main axes for a set of policy of socioeconomic development and political participation. The contribution also offers a comprehensive methodological tool for the many modes of participative action-research that are useful for popular education.

Keywords: Social change; Popular education; Participation; Democracy.

* Professor emérito da Universidade Nacional da Colômbia. Doutor em sociologia pela Universidade da Flórida (EUA). Foi pesquisador da Associação Colombiana de Sociologia e autor de diversas pesquisas sobre teoria social e desenvolvimento da América Latina. Fals Borda é um dos sociólogos latino-americanos mais importantes e influentes do final do século XX.

O convite formal do Congresso de Convergência Participativa foi feito em 1995 a partir do reconhecimento de três dimensões integradas: o conhecimento, o espaço e o tempo como fatores de mudança social para o avanço dos povos.

Já na exposição sobre a invenção social do “espaço-tempo geopolítico transformador” como base de conhecimentos, feita por Immanuel Wallerstein durante o primeiro dia do evento, ocorreu uma rápida revisão de síntese das três dimensões e isso começou a ser refletido nas discussões dos grupos de trabalho. A ela são somadas as reflexões dos outros cinco expositores gerais (Heller, Max-Neef, Tandon, Chamber e Flood), bem como as palavras do presidente Cardoso, do Brasil, cujas ideias possuem claras implicações teóricas e práticas referentes a nossa responsabilidade como cientistas e profissionais pelo estado ruim de nossas sociedades e pela urgência da transformação das nações e do mundo.

Sem dúvida, a motivação principal do evento foi impulsionar o avanço econômico e político dos povos em cada país, entendidos como agrupamentos explorados ou oprimidos pelos sistemas dominantes, especialmente pelo capitalismo globalizante. Repetimos a investigação clássica dos vínculos entre teoria e prática, agora vistos por meio da investigação participativa. Admitimos que a deterioração da situação mundial não permite demora e isso fica claro quando comparamos as discussões atuais com as do primeiro simpósio, ocorrido em 1977. Velhos demônios reapareceram entre nós com roupagens novas e mais atroztes, tendo sido identificados e denunciados pelos delegados: a violência e os grupos paramilitares, o desenvolvimentismo e o neoliberalismo, a manipulação comunicativa, a dissimulação e a ruptura moral e normativa.

Pareceu lógico, então, um receituário da investigação participativa para a ação socioeconômica, política e cultural, mas por sorte não o fizemos. Isso teria resultado em algo contraproducente e cacofônico. Em vez disso, com alguma serenidade, teorias, conceitos, situações vivenciais e métodos de trabalho ficaram mais claros no terreno derivado das discussões dos grupos formais e nos corredores, de modo que poderiam ser resumidas no ideal de concepção de um novo humanismo.

Comentarei agora, sob minha responsabilidade, tanto no texto quanto em notas de rodapé, as manifestações mais importantes surgidas das resoluções e

do diálogo dos grupos, tanto no âmbito teórico quanto prático, examinando o estado da arte da investigação participativa no mundo contemporâneo.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Praticamente desde o começo de nosso movimento, nos anos 1970, a fenomenologia de Husserl e o existencialismo foram as fontes seminais de orientação (FALS BORDA; RAHMAN, 1991; HUSSERL, 1991; FALS BORDA, 1980). De Husserl, através de José Ortega y Gasset, herdamos a ideia de que o fenômeno é dado em sua qualidade de "vivência", ou *Erfahrung*, de modo que não está oculto, mas expresso na natureza. Para chegar à essência das coisas apelamos à descrição e à hermenêutica modernas, recuperando a intencionalidade dos atos. Daí também derivamos a ênfase na ética e no compromisso das tarefas de investigação e da política, ênfase reafirmada pelo congresso de Cartagena.

ALGUMAS PREMISSAS

1. A respeito desses pontos capitais, os filósofos do grupo de trabalho coordenado por Guillermo Hoyos¹ nos ajudaram muito. Eles insistiram em apelar para a razão prática como matriz geradora de argumentos de intervenção na realidade, especialmente na realidade de nossas democracias, e seguir “pensando os países” em um diálogo fecundo moderado pela filosofia como teoria do agir comunicativo, tal como proposta por Jürgen Habermas (1973, p. 11). A razão prática segue sendo razão, uma vez que pretende argumentar a respeito de temas relativos à ética e à política, tendo como horizonte acordos e consensos mínimos.²

¹ Expositores deste grupo (filosofia): Patrice Vermeren, Ángela Calvo de Saavedra, Óscar Mejía, Daniel Bonilla, Eric Lecerf, Mauricio García, Nilce Ariza, Lelio Fernández, Francisco Cortés Rodas, Carlos Thiebaut, José L. Villacañas, Juan Carlos Velasco, Alfonso Monsalve, Francisco Colom G., Rodrigo Romero, Ángela Uribe, Federico Gallego, además de Guillermo Hoyos.

² Ainda que Habermas tenha uma injustificada reserva quanto à pesquisa-ação, como incompatível com técnicas de obtenção de dados de campo, isso pode ser demonstrado contrariamente pela prática e pela história. Em Cartagena sentimos falta das contribuições da escola francesa sobre a razão prática e as teorias da ação, como Pierre Bourdieu (“habitus”) e Alain Touraine (“intervenção”), para o estudo das aproximações e das diferenças com as escolas

2. O grupo também estudou concepções dos portadores de saber construídos nas experiências cotidianas e pelo senso comum. Ao recordar Gramsci e sua famosa frase “todos os homens são filósofos”, o grupo acatou a proposição participativa dos anos setenta sobre a soma ou conjunção do saber acadêmico com o popular, podendo resultar em um elemento de um novo paradigma científico.³ O saber acadêmico aludido não seria o saber elitista e segmentado comumente em departamentos acadêmicos, mas algo menos arrogante e mais multi e interdisciplinar, incluindo dimensões históricas, sociais e culturais, bem como aspectos pertinentes derivados das ciências “duras”, baseados no estudo de “problemas” determinados de maneira estrutural ou cotidiana.

3. As afirmações no campo específico da pesquisa participativa, no congresso, recorreram ao expediente fenomenológico de quebra das relações sujeito/objeto a fim de conformar a vivência participante horizontal ou “relação ideológica” de sujeito/objeto para a investigação e a ação. Viu-se que este era um ponto teórico fundamental e que já estivera presente muito antes (GADAMER, 1977).⁴

4. Admitindo-se a potencialidade criadora da quebra da assimetria, tanto no âmbito conceitual quanto no âmbito prático e vital para a tarefa de pesquisa e para a organização social, econômica e política, uma vez que a ruptura exige uma transformação profunda de personalidade e cultura, algo próximo de uma rebelião contra a rotina, o egoísmo e a manipulação. Chamamos esse processo de “compromisso existencial”. Um de nossos relatores, o economista colombiano Alejandro Sanz de Santamaría (apoiado em Davyd Greenwood, de Cornell), concluiu que se tratava de atender a uma “dimensão espiritual na pesquisa” que, ao olhar para dentro de nós mesmos, nos ajudará a ultrapassar os

participativas. Comentamos e chamamos atenção para a recente publicação de Razões práticas: sobre a teoria da ação, de Bourdieu, livro que menciona temas do congresso, como espaço social, poder e arte.

³ Este elemento central, que será retomado adiante, foi considerado também nos grupos de trabalho sobre movimentos sociais, histórias da PAP, governo local, educação popular, pobreza, literatura e sociedade. O tema foi igualmente objeto das exposições sobre escolas e métodos de dirigentes populares.

⁴ A relação sujeito/objeto, que é kantiana, foi resolvida intelectualmente por Schopenhauer mediante o conceito de representação (*Vorstellung*) como “dado primeiro da consciência”, conforme lembra Allan Janik e Stephen Toulmin no livro *Wittgenstein's Vienna* de 1973.

“procedimentos fraudulentos” da investigação social convencional. Assim foi reconhecida a importância desse compromisso simétrico com aquilo que se crê e se deseja para atingir transformações fundamentais em benefício dos povos. A ideia desse compromisso existencial e horizontal surgiu repetidamente no congresso como marca ideológica e guia de discussão e ação na construção de um contrapoder (“countervailing power”) ou “poder popular”.

5. Em termos gerais, em Cartagena cresceu a confiança na sorte de nossa rebelião contra o que Thomas Kuhn definiu como “ciência normal” e “paradigma dominante” expressos nas instituições estabelecidas. São as regras de trabalho de empiristas lógicos, positivistas e funcionalistas derivadas do peso imitativo das ciências sociais em relação às ciências “duras” desde o século XIX, incluindo aqui as normas de objetividade e neutralidade. Lembramos que a partir das obras geniais de Galileu, Newton e Descartes, a reação do iluminismo contra o pensamento escolástico e a superstição, sem negar seus méritos, implicou a permanência de outro tipo de subordinação e exploração intelectual representado no monopólio elitista e oligárquico do conhecimento. Havia necessidade de dominar a natureza e civilizar diversos povos “atrasados”, de modo que o seleto grupo de pesquisadores “avançados”, objetivos e neutros – sempre poucos e arrogantes em suas torres de marfim ou nos grupos de poder – deveriam estar por fora e acima dos processos investigados e de seus objetos ou “targets”.

Como essas atitudes de dominação cartesianas, objetividade idealizada e neutralidade valorativa haviam sido rechaçadas em nossos congressos anteriores e em inúmeros trabalhos publicados no congresso,⁵ não perdemos tempo criticando essas abordagens novamente em Cartagena. Cremos que as críticas impostas por muitos cientistas sociais, físicos quânticos não-lineares e teóricos do caos sobre os positivistas foi suficiente. Em vez disso, foram examinadas possíveis alternativas radicais que podem nos conduzir a outro tipo de ciência, inspirada em uma cosmologia “holística” ou extensa baseada na

⁵ Sobre a questão da neutralidade aparente dos puristas, em Cartagena discutimos o interessante intercâmbio entre Myles Horton e Paulo Freire (1990), bem como a necessidade de sinceridade para declarar os propósitos de uma ação.

“participação equivalente” ou “reciprocidade simétrica”.⁶ Daí vem uma epistemologia holística ou extensa, ferramenta útil para nossas tarefas. Segundo Peter Reason, nosso relator, esse holismo é expresso em quatro tipos de conhecimento inter-relacionados: o vivencial ou experiencial, o prático, o proposicional e o apresentacional.⁷

6. As bases desta decisão holística são conhecidas: fazer pesquisa participativa é aceitar que toda pesquisa é interação comunicante na qual ocorre um processo de diálogo e aprendizagem mútuo e de mútua confiança entre o pesquisador e o pesquisado. Nesse processo fica invalidada a divisão tradicional entre conhecimento objetivo e subjetivo. Pautas normais de medição e de análise da realidade são afinadas. Interesses teóricos do observador externo e dos atores locais que querem transformar a prática diária ficam equilibrados e se coloca em prática a interdisciplinaridade. O resultado é tão qualificado e respeitável quanto o produzido para a pesquisa tradicional. O pesquisador, como parte da realidade pesquisada, se converte em ator comprometido que deve analisar e ser analisado.

HERESIA, SUBVERSÃO, LIBERTAÇÃO: PARA UM *ETHOS* ALTERNATIVO

1. As atuais tendências homogeneizantes do mundo, que paradoxalmente tendem a criar um *ethos* de incerteza, convidam-nos a enfrentar estes problemas com integridade e originalidade a fim de buscar a reconstrução de outro mundo conforme uma ordem ética firme ou com a articulação de um *ethos* alternativo, mediante um novo humanismo. Manfred Max-Neef, recordando o que havíamos lido de G. V. S. de Silva, afirmou no congresso que, a partir desses objetivos, teríamos que ser hereges e atuar como uma nuvem de mosquitos. Mas os

⁶ Termos introduzidos por Agnes Heller (1989). Essas atitudes participativas nas ciências deveriam derrubar por terra velhas práticas desorientadas, como a instituição dos especialistas e a expertise, ainda empregadas por instituições internacionais e muitas ONG.

⁷ Curiosamente, Goethe, em sua teoria das cores, logrou um afastamento ao reducionismo técnico de Newton, adotando explicações holísticas, como afirma James Gleick (1987). Rajesh Tandon e Peter Park ofereceram no congresso temas parecidos em suas exposições. Estes autores, como muitos outros, foram inspirados por obras de Fritjof Capra, como o *Belonging to the universe* de 1992. Os expositores do grupo de trabalho sobre a construção do conhecimento foram > David Brown, Roberto Gutiérrez, Gerard Rademeyer e Luis Barraza, além de Tandon e Park.

hereges atuais devem aprender as línguas dominantes, outros códigos e novas tecnologias para estimular o “contrapoder” e atuar com êxito na pós-modernidade. Mais do que em mosquitos que podem se dispersar com ventiladores ou morrer com inseticidas, notaram algumas pessoas, poderíamos pensar nos vírus que atuam debaixo do coro de rinocerontes.

2. A ideia de trabalhar por dentro e por baixo dos sistemas ou instituições como “contrapoderes” implicou uma retomada do conceito de “subversão moral” que havia sido introduzido nos anos 1960 com as contribuições pessoais de Camilo Torres Restrepo e Ernesto Che Guevara. Conhecidos os ensaios auto-subversivos de Albert O. Hirschman (1996) no campo econômico, recentemente publicados,⁸ aquele polêmico conceito de subversão moral voltou a estar presente na apresentação final para lembrar as obrigações de transformação para a justiça social assumidas pelos pesquisadores participativos que buscam combater a incerteza. Também estudamos essa matéria em relação às tendências negativas para a cooptação sofrida nos últimos anos pela pesquisa participativa.

3. Vinculado ao item anterior, o filósofo Giulio Girardi, da Itália, nos convidou a uma reflexão sobre as relações entre a pesquisa-ação participativa e a teologia da libertação. Esse importante componente histórico recente, que vem sendo desmobilizado em algumas regiões por razões eclesiais, segue vigente na opinião de muitos. Girardi argumentou que a metodologia participativa deve ser parte de uma cultura que seja alternativa e libertadora. Para ele, retomar os pressupostos engajados da teologia da libertação é fundamental.

4. Não notamos, no entanto, as grandes proposições marxistas sobre o materialismo histórico ou a dialética, tal como havia ocorrido no primeiro simpósio em 1977, ainda que Marx seja reverenciado por seus inegáveis aportes em nossas investigações. Houve reconhecimento a Gramsci e ao “intelectual orgânico”. A *praxis* também reapareceu, mas amarrada ao conceito aristotélico de *frónesis*, a partir da ideia de que ela não fique à deriva em uma dinâmica alocada ou irreflexiva, mas seja moralmente responsável, com bom juízo e

⁸ Hirschman retoma posições críticas ao clássico Gunnar Myrdal, com ferramentas conceituais novas como voz, saída e lealdade para o entendimento de situações de conflito.

sabedoria prática. A pesquisa “normal” atual é definida como uma mercadoria a mais em quase todas as partes.

5. A discussão sobre o conceito de participação, como assinalado por Carole Pateman a partir de Rousseau, Owen e Mill, avançou com as adições dos anarquistas Proudhon e Kropoktin e do educador John Dewey. A participação sempre foi concebida de maneira radical, como combate à exclusão política e econômica de controle sobre os recursos públicos, de modo que ficam rechaçadas definições liberais, como as do cientista político Samuel Huntington, que reduz a participação a uma simples manipulação das massas a fim de obtenção de respaldo para propostas governamentais que mantenham o *status quo*.⁹

6. O conceito freireano de conscientização é traduzido na educação popular com técnicas pedagógicas pós-modernas de comunicação, inspiradas em filósofos como Habermas (agir comunicativo). A meta da conscientização, reavaliada pelo próprio Paulo Freire, passou a ser a organização social e a capacitação intelectual para pesquisar e induzir transformações na comunidade para além da própria escola. Os principais instrumentos seriam as propostas do educador inglês L. Stenhouse quando, em 1975, iniciou o movimento do “educador como pesquisador”, ganhando impulso em todo o mundo (CARR; KEMMIS, 1986).¹⁰

7. Além dos teóricos aqui mencionados ou daqueles mais distantes no tempo, bem como daqueles que eventualmente estiveram em Cartagena em 1997, os heróis intelectuais desta contracorrente rebelde, herege e libertadora são conhecidos. Alguns foram mencionados no congresso com certa frequência: Gregory Bateson, H. G. Gadamer, John Elliott, Clifford Geertz, Fritjof Capra, Anthony Giddens, P. B. Checkland, Ilya Prigogine, Tzvetan Todorov, Michel Foucault, Paul Feyerabend, Humberto Maturana, Eric Hobsbawm e Norberto Bobbio. As citações do físico Werner Heisenberg permitiram ver que a pesquisa participativa poderia estar mais próxima da física moderna do que da sociologia tradicional – como recordou Wallerstein, em referência à cientificização social da

⁹ É digna de nota a contribuição de Andrew Pearse, Mathias Stieffel e Marshall Wolfe sobre essa questão do controle dos recursos e das instituições na série sobre participação do UNRISD (Genebra, Suíça) nos anos 1980. O documento foi orientador para muitos de nós.

¹⁰ Kemmis foi relator principal do congresso em Cartagena.

física –, de modo que é preciso redefinir as relações entre as ciências naturais e sociais, tema recorrente durante o encontro.

Não ficam dúvidas de que nossa busca por teorias científicas de índole participativa não estava órfã nem esquecida, pois caminhávamos em boa companhia no sentido de um *ethos* alternativo. Houve a sensação de que caminhamos para uma nova ciência com aqueles companheiros de viagem mencionados, seguindo ao lado do pós-modernismo, do pós-desenvolvimentismo, do pós-colonialismo e do pós-capitalismo. Os atuais avanços científicos são positivos e favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa participativa e as próprias sociedades tem agora maior necessidade da pesquisa participativa do que outrora, tendo em vista a indução de processos de mudança social.

CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESCANDINAVA

Essa sensação de maturidade intelectual combinada com esperança de mudança ficou confirmada com a interessante apresentação do livro recém-publicado *Beyond theory*, editado por Stephen Toulmin e Bjorn Gustavsen (1996).¹¹ O livro apresenta uma pesquisa participativa de grande alento junto a trabalhadores industriais da Suécia, apoiada em considerações teóricas dirigidas a melhorar os procedimentos e os resultados do trabalho realizado nas fábricas. As teses gerais podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. O trabalho participativo-investigativo é descobrimento e criação e se desenvolve em um espaço epigenético. O estilo é histórico e antropológico. Ele busca não apenas explicar, mas melhorar ou reformar situações (como ocorre com a medicina clínica). Por isso, em sua epistemologia holística, o que é pode ser definido no contexto do que deve ser (TOULMIN; GUSTAVSEN, 1996).

2. A pesquisa participativa encontra apoio racional no conceito aristotélico de *frónesis* que, diferentemente da *episteme* e da tradição platônica, não busca

¹¹ Em Cartagena participaram os coautores Gustavsen, O. Babüroglu, O. Palshaugen e Y. Josefson, além de Morten Levin e Davydd Greenwood. Este livro confunde a “pesquisa ação” com a PAP. Como aceita a primazia da participação, contudo, pode ser lido desde que seja considerada essa correção. O texto inclui um estudo sobre participação nacional na Turquia, valioso por atingir um nível macro – algo raro ainda na PA. O mesmo grupo publica desde 1996 a revista *Concepts and Transformation: International Journal of Action Research and Organizational Renewal*, sob direção de Hans van Beinum na Universidade de Halmstad.

justificar o conhecimento através da acumulação abstrata e universalmente válida de dados, mas por meio do bom juízo e da sabedoria prática a fim de entender o específico, o conjuntural e o concreto. Por isso, o método participativo não pode ser o mesmo dos empiristas lógicos e deve desenvolver suas próprias técnicas (TOUMIN; GUSTAVSEN, 1996, p. 207-210).

3. A relação entre um sujeito epistêmico A e um objeto empírico B em uma situação de investigação social X se caracteriza, como já vimos, pelo fato de que o objeto é também um sujeito. A estrutura ABX fica convertida em um sistema constituinte observável, como sustentaram os teóricos sistêmicos no congresso. Para os teóricos do sistema, a estrutura se converte em “pox” (a pessoa, o outro e o X). Essa situação é semelhante à postulada na física quântica para relações de indeterminação (TOULMIN; GUSTAVSEN, 1996, p. 181-183).

4. O sistema ABC/pox implica a dupla hermenêutica proposta por Giddens: uma para a linguagem cotidiana e ordinária e outra para a técnica, de modo que ambas se cruzam por meio do diálogo a fim de alcançar a compreensão e criar novas linguagens; daí também vem a qualidade da comunicação entre A e B. O mecanismo ou o cimento que vincula esse sistema na prática é a linguagem cotidiana (TOULMIN; GUSTAVSEN, 1996, p. 190).

5. Na pesquisa participativa há classes de realidade: uma vivencial e outra de representação, cada uma com seu respectivo tipo de conhecimento. Um surge no próprio ato do fazer e outro faz referência a aspectos diversos do contexto do ato (TOULMIN; GUSTAVSEN, 1996, p. 187).

6. O intercâmbio entre vivência e representação produz exigências de mútua responsabilidade que tornam a democracia participativa uma condição indispensável e um elemento intrínseco da pesquisa participativa, tanto para a sociedade quanto para as instituições e empresas. A pesquisa participativa, por sua vez, fomenta a democracia (TOULMIN; GUSTAVSEN, 1996, p. 196-224).

CONTRIBUIÇÃO DOS TEÓRICOS DE SISTEMAS

O grupo de pesquisadores de metodologias de sistemas e gestão da Universidade de Hull (Inglaterra) e da Universidade dos Andes (Colômbia), encabeçados por Robert L. Flood e Ernesto Lleras, concluiu que uma epistemo-

logia holística comum, como a sugerida por Reason e Morten Levin, aproximaria produtivamente as ciências do sistema à pesquisa participativa e a outras disciplinas. Essa aproximação complementar, ao ampliar a ação e a gestão, facilitaria a mudança e o melhoramento da eficiência organizacional e conduziria a práticas mais justas na sociedade.¹²

Os pesquisadores de metodologias lembraram, com efeito, que um dos principais teóricos de sistemas, P. B. Checkland, apresentou seu trabalho como uma forma de "pesquisa-ação" na qual três elementos são importantes: o marco do *framework* da ação (F), o método (M) e a área de aplicação (A). Os estudiosos críticos de sistemas adicionaram ao componente F a dinâmica do conhecimento/poder e isso os levou a considerar "teorias emancipatórias" nas quais os interesses cotidianos dos povos são essenciais. Eles colocam a seguinte questão: como transformar as narrativas de resistência à mudança em narrativas de libertação, baseando-se corretamente no fato de que uma sociedade é um sistema cuja estrutura e evolução são determinadas por múltiplos fatores que interagem e se relacionam, de modo que não são concebidos como simples encadeamentos lineares de causa e efeito.

Não obstante, houve diversas preocupações práticas. A tarefa tradicional da engenharia, por exemplo, como algo esotérico, matemático ou mecanicista, poderia ser conduzida pela interdisciplinaridade para incluir os contextos sociais em que são realizados os projetos concretos, levando em conta os insumos provenientes do conhecimento e da experiência das comunidades afetadas. Isso permitiria evitar erros e fracassos dramáticos na concepção e na execução das obras, como estradas e pontes, quando são manipulados os recursos naturais. Os contextos – sistemas sociais e complexos culturais – devem ser levados em conta.

A diversidade de enfoques e métodos compreendidos pelo guarda-chuva P(A)P¹³ produz uma fragmentação das linguagens e das interpretações do

¹² Expositores: além de Flood e Lleras, Norma Romm, Néstor Valero-Silva, Mónica Escobar, Mohammed Emadi, Guangming Cao, Brian Lehaney, Steve Clark. Esta posição ampla a interdisciplinar é compartilhada, nos termos de uma nova filosofia da ciência, por cientistas como o biólogo Ernst Mayr (1988), que advoga maior reconhecimento aos processos estocásticos, ao pluralismo de causas/efeitos, à emergência de propriedades não-antecipadas e à coesão interna dos sistemas complexos.

¹³ Em espanhol, I(A)P (*investigación-acción participativa*). Por P(A)P, estou traduzindo a expressão pesquisa-ação participativa. [nota do tradutor]

conhecimento que deverá ser tratada. A intercomunicação de saberes pode ser realizada e desejável, mas não há ainda clareza sobre as formas e os métodos para alcançá-la. Em Cartagena, ficou registrado que as teorias de sistemas podem colaborar muito para essa finalidade.

Como tratamos de sistemas abertos – como o triádico ABX/pox determinado pela Escola Escandinava –, há um conjunto de propósitos que vão do consenso até a acomodação e a tolerância. Mas os sistemas podem ser estrategicamente e humanamente compreensíveis apenas se houver delimitação. Um dos elementos principais da fixação em tais limites nos sistemas é precisamente o poder, quando consideramos os valores, os significados e a ética.¹⁴

A revelação do apoio mútuo conceitual entre o sistêmico Checkland e os participativos Reason e Levin resultou em um dos avanços teóricos mais importantes do Congresso de Convergência.

DIÁLOGO, COMUNICAÇÃO E ARTE

1. Alguns participantes assinalaram, com razão, que a essência da pesquisa participativa não está necessariamente na ação, como enfatizam suas definições, mas na natureza e no conteúdo da *linguagem empregada na vivência realizada*, ou seja, na informação, no diálogo e nas modalidades que formam o contato intersubjetivo do processo criador. O conhecimento é uma construção social, como explica Tandon em sua conferência e como afirmaram Horton e Freire em obra já citada. Alguns delegados chegaram ao extremo de sustentar que, quando uma informação conduz à ação, ela se transforma em poder.

¹⁴ Ver a exposição no congresso de Peter Park, intitulada “Participatory research orders of change and paradigm shift”. Park escreve: “é possível conceber grupos, organizações ou outras entidades coletivas como sistemas que aprendem a modificar suas ações. Essa aprendizagem sistêmica é distinta da realizada por indivíduos isolados dentro do sistema [...] Os problemas estão na forma como são organizados e operados os sistemas”. Conforme Bourdieu (1996, p. 147), os comportamentos humanos “ocorrem no interior de espaços de jogo” e a teoria dos jogos poderia ser aplicada, mas sem a intenção estratégica postulada, uma vez que os agentes sociais poucas vezes a fundamentam. Para Mayr (1988), os sistemas biológicos são abertos com mecanismos homeostáticos, processo que condiz apenas com uma predicação probabilística sem os critérios clássicos de validade adotados pelos puristas.

2. Este clássico problema, que na tradição ocidental parte de Platão, é experimentado diariamente com a transmissão cultural de geração a geração. O grupo de trabalho coordenado em Cartagena por Jesús Martín-Barbero discutiu muito o assunto, lembrando não apenas a proveniência dos conceitos (“do palimpsesto ao hipertexto”), mas a atual incidência dos meios especializados de telecomunicação e, em direção contrária, como grupos diaspóricos instáveis criam tais meios para escovar a contrapelo as tendências culturais homogeneizantes. A influência dos meios televisivos na escola também foi muito destacada, bem como as novas possibilidades – e os riscos – da internet.¹⁵

3. Foi notável o fato de que, nessas discussões, os participantes não ficaram restritos à semiótica formal de Chomsky nem de Saussure, que lidam com as origens da composição e as regras da fala, mas nas amplas orientações de Mikhail Bakhtin e Ludwig Wittgenstein, com ênfases sobre os *mecanismos da socialização*, das linguagens simbólicas e do conhecimento produzido cotidianamente na própria ação. Foram igualmente retomados, para a escola moderna e a pesquisa participativa, Paulo Freire e sua dialógica. Sabemos que apenas através desses mecanismos da linguagem – tanto o cotidiano quanto o simbólico e o matemático – é produzido conhecimento novo ou é modificada a interpretação das realidades.

4. O sentimento e a estética, elementos pouco abordados formalmente por pesquisadores, desempenham um papel importante para a efetividade de tais mecanismos comunicativos.¹⁶ Em Cartagena houve maior atenção a isso por meio das conferências plenárias com magníficos escritores, como Eduardo Galeano, David Sánchez Juliao e Rodrigo Parra, que por vezes chegaram a falar de pessoas “sentipensantes”. A partir de seus exemplos e representações

¹⁵ Os expositores deste grupo de trabalho sobre comunicação foram: Martin Hopenhayn, Phaik-Loh Kin, Hermann Herlinghaus, Guillermo Orozco, Rosa María Alfaro, Magola Delgado e William F. Torres, além de Martín-Barbero. Foi muito oportuna a publicação, no Chile, da Rede de Comunicação Popular do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) intitulada *Escenografías para el diálogo: comunicación, política y cultura* (1997), com contribuições de Alfaro, Germán Rey, Raúl Leis, Gabriel Kaplum e demais colegas. É pertinente recordar a polêmica sobre a linguagem cotidiana presente na raiz da crítica de Wittgenstein à filosofia, com Norman Malcolm, Gilbert Ryle e Stanley Cavell (CHAPPELL, 1964).

¹⁶ É curioso que não tenha mais sido desfeita a ligação entre ciência, estética e arte, como postulou o filósofo Ernst Mach, já que isso tem estimulado a criatividade de grandes pesquisadores, algo confessado pelos próprios indivíduos. Significativo é o caso de Einstein e do desenvolvimento de sua teoria sobre as relações entre massa e energia, cujo equilíbrio foi resolvido como uma expressão estética de congruência formal (HOFFMANN, 1972).

surgiram e foram afirmadas técnicas de comunicação baseadas em diversos estilos.¹⁷ Eles afirmaram que ser sentipensante sintetiza a proposta da pesquisa participativa. Se o estilo é o homem, então há um amplo campo de reflexão para determinar a eficácia das mensagens transmitidas sob a rubrica da PP (pesquisa participativa), tendo em vista as formas de criação e recriação da cultura e o envolvimento da ciência com a arte. É mais produtivo casar essas duas irmãs, como conta um poeta, do que as amar separadamente como se fossem inimigas.¹⁸

5. Houve também, no congresso, demonstrações dos jogos de linguagem das artes com três tipos de expressões que foram além do nível dialógico intersubjetivo e passaram ao coletivo: a música, o canto, o balé e a pintura. Essas expressões artísticas carregam um sentido participativo ao induzir relações simétricas em sua execução e audição, superando diferenças de classe, gênero e idade. Na sala foram agrupadas produções que combinavam a música com mensagens comprometidas com a participação popular, como o *vallenatos* de protesto dos anos 1970 na Colômbia, as lutas cantadas do vale do Cauca, os corridos mexicanos inspirados nas revoluções regionais e a música sincrética dos aborígenes *yothu yindi* de Austrália. Foi destacado o papel positivo desempenhado pela música pop junto a jovens para aliviar o conflito étnico e religioso de sérvios e muçulmanos em Kosovo. Diversos compositores regionais esquecidos foram retomados, como o colombiano de Sincé, Adolfo Mejía, interpretado pela Orquestra Sinfônica de Barranquilla, a principal cidade costeira.

Lúcida foi a apresentação do balé *El puente*, no Claustro de São Francisco, que esteve ligado à defesa da vida e à solidariedade com colegas mortos pela violência política. Em outros lugares houve apresentações do Conjunto Catalina de Carrillo (de Córdoba, na Colômbia), intérpretes do baile

¹⁷ No grupo de trabalho sobre literatura, história e sociedade, coordenado por Máximo Alemán, estiveram Eduardo Galeano, David Sánchez Juliao, Rodrigo Parra, Alfredo Molano, Gabriel Restrepo, Luz Mery Giraldo e Azriel Bibliowicz.

¹⁸ Tal exemplo do poera e indigenista José María Arguedas, do Peru, recordado no congresso, é notável pelo sentido convergente. Cabe destacar também o romance de David Sánchez Juliao, *San Fernando de Cumbé* (1997), obra que combina um rico estilo literário com a metodologia participativa inspirada nos lugares e nos eventos onde surgiu, na Colômbia, durante os anos 1970. Assim, *Historia doble de la costa* (1979-1986) é uma ótima produção. Ver também a exposição de Carlos Arboleda González sobre essa significativa obra, quiçá única em seu gênero, lidando com o garciamarquismo.

costeiro do *porro* que vem empregando técnicas participativas de pesquisa social e histórica. Imensos *gobelins* estendidos no corredor de entrada do centro de convenções, pintados por trabalhadores ao lado de pesquisadores participativos de Pereira (Colômbia), transmitiram a todos a emoção da luta contra instituições exploradoras nacionais e internacionais. Diante deles, muitos delegados fizeram seus próprios cartazes distribuídos com mensagens para a sessão final.

6. Da mesma maneira, a Biblioteca Luis Ángel Arango, do Banco da República da Colômbia, no mesmo centro de convenções, organizou uma sala de leitura com uma coleção de quase mil títulos contendo obras temáticas do congresso. A sala foi utilizada (entre outras coisas para tirar fotocópias dos materiais novos) por muitos participantes. Essa foi uma das inovações técnicas de maior destaque no evento.

Essas determinações teórico-práticas, informativas, artísticas e lúdicas exercem claras influências nas concepções metodológicas e nos desenvolvimentos do trabalho participativo de campo, na educação formal e informal e na administração de empresas.

PROPOSTA DE DEFINIÇÃO

Com esses subsídios teóricos é útil concluir que dois elementos diferenciam a pesquisa participativa de outras formas de trabalho científico ou de pesquisa: (a) uma estrutura valorativa ou ideológica com atitudes críticas relacionadas ao conhecimento e sua utilização, bem como o contexto social e padrões culturais em vias ou em necessidade de melhoramento ou mudança; (b) um conjunto de técnicas de abordagem multidisciplinar derivadas de uma lógica imanente de investigação científica e de uma epistemologia holística ou extensiva, como já expliquei.

A partir da experiência em Cartagena, a pesquisa participativa pode ser definida como um método de estudo e de ação que caminha paralelamente a uma filosofia altruísta da vida para a obtenção de resultados úteis e confiáveis no melhoramento de situações coletivas, sobretudo, em relação às classes populares. É importante que o pesquisador fundamente suas observações na convivência com as comunidades das quais ele também extrai conhecimentos

válidos. Essa pesquisa é interdisciplinar ou multidisciplinar, além de ser aplicável em processos que vão do micro ao macro dos universos estudados (de grupos a comunidades e sociedades maiores), mas sem perder o compromisso existencial com a característica de uma filosofia vital de mudança.¹⁹

ESCLARECIMENTO SOBRE A SIGLA PAP

Pouco após a realização do Primeiro Simpósio, em 1977, foi colocada a discussão sobre a sigla adotada por nosso movimento: PAP (pesquisa-ação participativa)²⁰ em vez de PP (pesquisa participativa),²¹ termo criado por educadores do Canadá, entre eles Budd Hall, relator de nosso congresso. A inclusão do “A” significava ação. Naquele momento, com a PAP éramos movidos pelo interesse de enfatizar a ação existencial comprometida, esclarecendo a orientação da participação social e afastando as influências liberais ou reacionárias. Não obstante, sem que soubéssemos, a primeira escola psicologista e experimental da “Pesquisa Ação”, de Kurt Lewin, seguiu ativa e provocou ambiguidades e confusões em relação a nossa própria posição.

Após alguns anos, a partir do congresso de Cartagena, é conveniente separar claramente a PAP da tradição clássica, positivista e psicologista de onde viemos há 20 anos ou mais, conforme exigem alguns críticos. Podemos descartar o “A” e chamar a corrente de PP ou, para facilitar a transição, aqui dizemos P(A)P.

Essa síntese foi facilitada pelo rico acúmulo de estudos sobre a participação simétrica em diferentes contextos e culturas, incluindo obviamente o componente de uma ação condizente com seu compromisso. Assim havia ensinado o economista Md. Anisur Rahman (1985), de Bangladesh, em 1985. Apareceram análises gerais de nosso campo (REASON, 1994; DASH, 1997;

¹⁹ Podemos comparar essa definição com outra muito semelhante, submetida ao congresso de Cartagena pelo eminente professor William H. Whyte: “a PAP envolve membros de uma organização ou comunidade estudada para que tomem parte como pesquisadores plenos no desenho do projeto, na obtenção dos dados e nas ações resultantes desse processo. Um dos objetivos de qualquer projeto de PAP é que os membros das classes baixas tenham poder suficiente para participar ativamente na gestão de sua organização ou comunidade”.

²⁰ Em espanhol, IAP (*investigación-acción participativa*). [nota do tradutor]

²¹ Em espanhol, IP (*investigación participativa*). [nota do tradutor]

COENEN, 1995)²² que também ajudam a delinear e configurar a "família participativa" que tentamos construir, de modo que aqui nos sentimos mais bem situados do que junto aos lewinianos. Por isso propomos o uso, de maneira intercambiável a partir de agora, das siglas PP ou P(A)P para melhor identificação de nossos trabalhos, seguindo novamente o bom exemplo de Hall.²³

GUIAS METODOLÓGICOS

O velho coro, quase universal, referente às falhas dos métodos e das técnicas na P(A)P, a falta de demarcação frente a outras escolas de pesquisa, a debilidade de critérios de rigor científico, a validade e a replicação, além de outras críticas semelhantes – às vezes corretas, muitas vezes justificadas pela negligência de comunicação que tem marcado muitos trabalhos de pesquisa participativa –, foram assuntos ouvidos em Cartagena com natural preocupação. Era paradoxal que, mesmo com a proliferação de grupos que vem trabalhando em campo desde os anos 1970 nos cinco continentes, ainda não houvesse clareza a respeito dos procedimentos de pesquisa de campo, nem que tivesse sido feito qualquer esforço sério para avaliar de modo global o que estava ocorrendo.²⁴

A reunião de Cartagena ofereceu a possibilidade de comparação. As análises realizadas antes do congresso e durante o evento resultaram em provas de que é possível deduzir o estado da arte nesse campo. As conclusões principais sobre métodos, resumidas neste capítulo, atestam os significativos avanços que não poderão mais ser ignorados por observadores do campo nem por pesquisadores de outras disciplinas. Esses avanços seguramente vão esti-

²² Reason também apresentou reflexões interessantes sobre as teorias da complexidade relacionadas com a pesquisa cooperativa em nosso congresso.

²³ É pertinente assinalar que essa evolução das siglas (o *labeling* dos anglófonos) está afetando também as escolas irmãs e levando a uma positiva simplificação. Por exemplo, na Universidade de Sussez, a escola do diagnóstico rural participativo, chamada PRA (*participatory rural appraisal*, anteriormente *rapid rural appraisal*) tende a se designar agora como *participation, reflection, action* ou *participatory learning and action*, aproximando-se da PAR (pesquisa-ação participativa em inglês). Ver a exposição de Robert Chambers no congresso.

²⁴ Quase simultaneamente ao congresso, Robin McTaggart (Deakin, Austrália) (1997) finalizou seu grande projeto de publicar histórias da P(A)P na Colômbia, Índia, Austrália, Venezuela, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Tailândia e Nova Caledônia.

mular o processo de nossos trabalhos de campo, tornando-os mais úteis e eficazes nos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais em que são realizados e dentro dos marcos filosóficos que os inspiram.

Para difundir essas preocupações científicas e técnicas pelo ciberespaço, o intercâmbio prévio ao congresso foi promovido a partir da Universidade de Calgary, no Canadá, por Timothy Pynch, além de 11 colegas de diferentes vertentes da pesquisa participativa pelo mundo, resultando em materiais fascinantes e positivos para o evento. Os participantes dessa significativa experiência foram Robert Chambers (diagnóstico rural participativo, Sussex), Robert L. Flood (teoria crítica de sistemas, Hull), Davydd Greenwood (pesquisa-ação, Cornell), Morten Levin (pesquisa-ação, Escandinávia), Yvona S. Lincoln (pesquisa construtivista, Texas), Robin McTaggart (aprendizagem-ação, Austrália), Peter Reason (pesquisa cooperativa, Bath), Maruja Salas y Timmi Tillman (pesquisa-ação participativa, Alemanha/Peru), Michael Schratz (pesquisa-ação, Áustria), Rajesh Tandon (pesquisa-ação participativa, Índia) e Timothy Pynch (pesquisa-ação participativa, Canadá).

Através do intercâmbio por e-mail entre esses colegas foi possível obter mais conhecimento do que cada um estava fazendo em seu meio e com suas ferramentas de pesquisa. Assim percebeu-se não apenas o que os unia, mas o que também os diferenciava. Foi reforçada a ideia de que pertencemos à mesma família intelectual participativa e que há uma mesma epistemologia/metodologia crítica imanente ao menos junto a cada uma das escolas que participaram deste exercício (CHAMBERS, 1997).²⁵

O exercício teve duas dimensões: (a) o conhecimento da trajetória pessoal dos participantes com relação às tarefas de pesquisa e (b) o intercâmbio técnico representado em suas contribuições e palestras para o congresso.²⁶

²⁵ Foi muito valiosa a contribuição de Robert Chambers, pois o livro recolhe reflexões do autor sobre a PRA (*participatory rural appraisal*) e a evolução paradigmática. Em sua exposição, Chambers tratou de modo direto e construtivo questões relativas a métodos e apoios institucionais.

²⁶ Textos publicados na revista *Studies in Cultures, Organizations and Societies* de 1998. Tomamos nota da importante vertente de William Torbert e da ciência-ação, que infelizmente não estiveram presentes no congresso. Outro ausente foi P. B. Checkland, que havia sido expositor central de nosso Congresso Mundial de Brisbane (1992), onde foi destacada a escola de gestão de processos animada por Ortrun Zuber-Skerritt.

Houve, então, um debate produtivo em que as contribuições foram do campo emocional ao racional, tendo em vista a clara ruptura com a tradição acadêmica e elitista de onde vinham todos os palestrantes, além de realçar as propostas metodológicas mais urgentes.

Foram realçadas as considerações dos participantes sobre os vínculos entre a teoria e a prática em condições de trabalho empírico. Quanto ao primeiro ponto, ressaltamos a necessidade de estabelecer contatos de confiança e respeito com as pessoas não é tarefa fácil, mas absolutamente possível, já que isso produz grandes satisfações pessoais de todos os lados. Quanto ao segundo ponto, não é conveniente subordinar a pesquisa à prática, tampouco fazer o contrário; a proposta, antes, consiste em equilibrar esses dois elementos conforme uma visão integral da situação criada.

Como se trata de obter melhores e maiores níveis de conhecimento científico, bem como de conhecimento prático, a fim de resolver situações e/ou problemas concretos, criando “contrapoderes”, é conveniente reconhecer as limitações de todos os atores na experiência de pesquisa. Foi importante transmitir conhecimentos teóricos ao pessoal de campo que permanece em comunidades por pertencer a elas, continuando os esforços de pesquisa e de ação, uma vez que os sujeitos externos tivessem saído de cena. Essa continuidade do trabalho é indispensável, ainda que permaneça a necessidade de adaptar técnicas e procedimentos segundo as condições mutantes do processo. A longa duração da pesquisa participativa a torna vulnerável às inevitáveis mudanças impostas pela vida.

Em regra geral, o pesquisador externo não espera deslocar os co-pesquisadores locais de seus papéis e de suas posições, especialmente no campo político. Vê-se que isso pode gerar confusões e inconvenientes tanto para o processo de pesquisa quanto para a ação, contradizendo o propósito de contribuir com a libertação ou a superação das comunidades. Esse foi o testemunho de alguns dos participantes do exercício, tendo sido confirmado em uma exposição sobre a história dos movimentos de participação coordenada por Budd Hall (Canadá).

A exposição também enfatizou o chamado “holístico e espiritual”, ao recomendar procedimentos qualitativos, a transdisciplinaridade e a observação

de realidades não-fragmentadas. Houve preocupações com “intervenções em processos para uma ação a longo prazo”, infraestruturas comunais de auto-gestão e indicadores que expressem não apenas o holístico/espiritual, mas o sentido da vida local nos campos cultural, econômico e político. Essas propostas foram organizadas em outras exposições e grupos de trabalho e, de maneira especial, na sessão final organizada por Carlos Brenes (Costa Rica) e Timmi Tillmann (Alemanha) a partir de cartazes e desenhos feitos por dezenas de delegados no corredor dos *gobelins* – cartazes que foram organizados em um longo rolo que envolveu todo o grande salão do congresso. Essas valiosas expressões espontâneas do sentimento e dos saberes dos participantes implicaram a expansão das sessões formais, levaram a abraços e outros gestos coletivos de amizade, a cantos em coro (*Pueblito viejo* da Colômbia, *We shall overcome* dos Estados Unidos, etc.) e a retomar aspectos menos salientes na temática geral. Muitas ideias dos participantes do evento são destacadas na seção seguinte, que apresenta guias para nosso trabalho de campo.

Entre os 11 participantes prévios e a audiência houve mais afinidade do que era esperado. Isso pode ser interpretado como uma reafirmação das orientações valorativas e filosóficas da participação descritas anteriormente. As diferenças, sempre circunscritas, surgiram por diversas causas específicas: necessidades institucionais de política social, condicionamentos culturais, níveis de alfabetização e comunicação massiva, limitações produzidas pela pobreza e peculiaridades ecológicas e uso dos recursos naturais.

Essas aproximações valorativas e metodológicas tornaram a apresentação dos pesquisadores na conferência plenária bastante serena, generosa e, até certo ponto, consensual. Não houve desqualificações mútuas, rechaços dogmáticos ou subvalorização, como teria ocorrido se o terreno não tivesse sido preparado com suficiente antecipação, ou seja, o evento foi um exemplo de maturidade profissional e amplitude científica.

GUIAS GERAIS DOS TRABALHOS

Não havendo espaço nem humor para proclamações personalistas sobre “quem foi pioneiro ou melhor” ou “quem citou quem”, houve o reconhecimento

amistoso de uma tarefa metodológica comum e de aplicação geral. Ficaram expressas ou implícitas várias formas de trabalho que podem ser consideradas guias indicadoras de um trabalho ordinário comum de pesquisa participativa. Tais guias poderiam ser resumidos da seguinte maneira.

1. É inócuo buscar ou determinar leis sociais gerais em nosso campo (segundo Mayr (1988), tampouco em outros como a biologia). Haverá desenvolvimentos previsíveis e limitados em tempo, lugar e cultura, com efeitos determinados por vários fatores específicos, que não são necessariamente unilineares ou irreversíveis. Isso não desautoriza a adoção de medidas razoáveis de política econômica e social, nem limita a cientificidade das experiências de pesquisa. Mas não autoriza a predição absoluta, tendo em vista a pluralidade de causas e fatores.

2. Os requisitos tradicionais dos empiristas lógicos para demarcar campos científicos e buscar leis universais objetivas servem, sobretudo, para definir dois polos dentro do espectro das ciências: um cosmológico abstrato e outro onde se encontram os projetos participativos, locais, conjunturais e valorativos. Não é possível comparar os projetos de um e outro polo.

3. O *rigor de pesquisa* não é julgado apenas com medições quantitativas, ainda que estas possam ser necessárias para a descrição e para a explicação dos resultados do trabalho. As mediações devem ser matizadas com descrições qualitativas pertinentes, pois estas são igualmente válidas e necessárias. Assim, em nosso campo não convém seguir imitando cegamente os procedimentos de pesquisa que são justificáveis apenas para as ciências naturais. Nossas tarefas, tornadas mais difíceis em função dessas questões, devem ser seguidas com maior competência, seriedade e sentido de responsabilidade do que em outros campos do saber.

4. Em função da fluidez natural dos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos, é necessário abrir o trabalho a diversas séries de interpretações e reinterpretações dos mesmos fenômenos estudados, ou seja, é preciso encará-los como processos históricos sujeitos a análises hermenêuticas.

5. Todos os métodos e técnicas das ciências são legítimos para aplicação em pesquisa participativa desde que sejam encaixados no marco de referência acordado por uma decisão conjunta dentro do sistema ABX e inspirado na

filosofia participativa, da qual parte a pesquisa desde suas origens e grupos de base (*grassroots*). Abordagens abertas, entrevistas semiestruturadas, trabalhos de grupo e de comunidade, triangulação de informações e instrumentos coletivos demonstraram ser técnicas válidas para obtenção de resultados satisfatórios em campo.

6. A *empatia* e a *observação participante* (como na psicanálise na etnografia) são as técnicas mais apropriadas para pesquisar a natureza encoberta das situações que interessam à pesquisa participativa e suas vivências; elas são especialmente adequadas a problemas de anomia, conflito, violência, vício em drogas e outros sintomas de patologia social.

7. Os critérios de *validade* para trabalhos em P(A)P dependem não de provas de correlação interna de variáveis ou exercícios “objetivos” ou quantificáveis, mas do exame indutivo/dedutivo dos resultados determináveis pela prática, pelo desenvolvimento empático de processos de sentido nas próprias realidades, pelo juízo ponderado de grupos de referência locais e pelo sentido comum. Até crianças podem participar das sessões de avaliação, tal como demonstrou o Colégio Descalzo de Tilonia, na Índia.

8. A *avaliação* dos resultados não é necessariamente executada ao término de um período dado ou pré-fixado pelo conhecido ritmo de reflexão-ação, como se fosse um procedimento bancário unilinear ou unicausal de planificação, mas pode ocorrer seguindo o próprio ritmo do trabalho de campo, como um estímulo para a ação. A inspiração necessária para a continuidade dessas tarefas é “fractal”, ou seja, produto aleatório, acidental ou espontâneo que provém de muitas causas, inclusive da intuição e do sentimento que nasce no fazer cotidiano. Obviamente, essa guia e a anterior colocam em questão os especialistas e os acadêmicos que veem ameaçados seus procedimentos simplistas, instituições e aulas. Devemos esperar uma crescente resistência desses grupos.

9. Em função das diversidades e contradições existentes no mundo real, cuja observação demanda o enfoque sobre atributos dependentes ou variados, é preciso que, diferentemente dos planejadores e dos empiristas lógicos, os *valores*, as *metas* e os *compromissos* que animam o pesquisador participativo

sejam transparentes e que fiquem explícitos nos marcos de referência e nos trabalhos de campo.

10. Aqui não há lugar para uma *experimentação*, tal como nas ciências naturais, que permita a repetitividade de fenômenos em contextos controlados: apenas há margem para formas comparativas de indução e dedução sujeitas a espaços e tempos determinados. Pela mesma razão, tampouco pode haver “casos típicos” ou “projetos piloto” na P(A)P. Apenas há interpretações teórico-práticas possivelmente generalizáveis.

11. O rompimento da díade pesquisador/pesquisado, tendo em vista a quebra da assimetria e a horizontalização da relação, não significa o predomínio intelectual de um polo sobre outro, mas a possibilidade respeitosa de contribuições mutuamente frutíferas por meio de evidências e fatos confrontáveis: o cidadão comum nem sempre tem razão e o mesmo vale para os chamados “doutores”.

12. Ao receber e considerar sem preconceitos a *sabedoria popular* e o *senso comum*, o conhecimento acadêmico interdisciplinar pode proporcionar criticamente uma compreensão holística ou mais completa da realidade, enriquecendo e simplificando formas e estilos da comunicação com as comunidades estudadas.

13. Em determinadas circunstâncias convém distinguir entre a racionalidade de pesquisa e a racionalidade política em vez de mesclá-las indiferentemente: em tais condições, cada pesquisador aplicará aquelas formas ao processo de pesquisa em relação ao qual esteja mais preparado ou ao qual seja mais útil como pessoa e como cidadão.

14. As técnicas de demonstração em práticas de extensão ou para indução de mudanças estruturais são limitadas por fatores econômicos e por falta de persistência: como os processos participativos são quase sempre de médio e longo prazos, a eles devem ser adaptadas as instituições interessadas (como as unidades e as ONGs) e as disposições formais pertinentes; não deve, como ainda acontece, ocorrer o contrário.

15. Se o trabalho de campo conduz a níveis macro da mobilização política, social, econômica e/ou cultural, por exemplo, contra-poderes ou movimentos

populares, é importante proceder das bases rumo ao topo das estruturas sociais e/ou das periferias para os centros dos sistemas.

16. O passo analítico da participação de uma escala micro a uma macro não apenas deve ser realizado, mas deve igualmente estar calibrado e relacionado com a emergências de movimentos sociais, redes de organização e políticas institucionais nacionais ou internacionais, cuidando para que não sejam manipulados.²⁷

17. A objetividade e a subjetividade podem coincidir na arte, na imagem sensual e na expressão literária e estética do trabalho científico, justificando a incursão criadora da imaginação e a expressão nos trabalhos de pesquisa participativa. Essa já é uma técnica hermenêutica.

ALGUMAS TÉCNICAS HERMENÊUTICAS²⁸

1. *Verdade relativa.* É improcedente e perigoso fabricar uma verdade, porque não há apenas uma. Nas ciências sociais, segundo Agnes Heller, uma verdade pode consistir em um acordo entre um pesquisador e o participante de pesquisa, pois o conhecimento é construído socialmente. É necessário, não obstante, assegurar confirmações de fatos e dados mediante técnicas de triangulação, documentação e arquivos.

2. *Verossimilhança e sentido.* É possível trabalhar com a verossimilhança como uma série de conhecimentos confirmáveis, derivando disso o sentido dos processos da vida real. Esse é o entendimento da ação, dando sentido e contexto aos objetos de estudo, tais como testemunhos vivos ou mortos, diários, fotografias, mapas e materiais de arquivos de família.

²⁷ A contribuição de Michael M. Cernea a esse respeito no Banco Mundial é digna de destaque. Graças a livros como *Primeiro la gente* (1995) e artigos como “The sociological action-research of development” (1995), durante 15 anos Cernea e seu grupo de trabalho sobre participação têm conseguido modificações pertinentes na política da instituição. Seu delegado, Anders Rudqvist, fez uma apresentação exitosa em Cartagena, ainda que com protestos de alguns céticos que esperavam mais resultados participativos no manejo dos grandes projetos do Banco Mundial. Ver as observações de Chambers sobre os problemas de escala.

²⁸ Ver o artigo comparativo sobre essas técnicas publicado em *Collaborative Inquiry*, n. 18, 1996. Ver Agnes Heller, Fals Borda e os quatro volumes da *Historia doble de la costa* (1978-1986). A contribuição do *Handbook of qualitative research* tem sido imensa, pois é uma obra monumental editada por Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln em 1994, especialmente a parte V, intitulada “The art of interpretation: evaluation and presentation”. Sobre verdade e verossimilhança, ver o *Geloning to the universe* de Capra.

3. *Recuperação histórica*. Quando existem versões oficiais unilaterais de evento e fatos, é importante fazer uma recuperação crítica da história baseada em arquivos de família, entrevistas com idosos lúcidos de boa memória e cruzamentos de referências, complementando e corrigindo as questões observadas. Essa técnica está relacionada com o princípio de interpretação/reinterpretação ao qual fiz referência no item 4 da seção anterior.

4. *Restituição ou devolução do conhecimento*. Essa técnica implica respeito aos grupos dos quais são provenientes a informação, bem como a adoção de estilos e formas de comunicação adaptados ao nível de linguagem e ao analfabetismo para o bom entendimento das devolutivas feitas em cartilhas ilustradas, rádio-revistas, vídeos e socio-dramas. Essa técnica, como a seguinte, implica descartar o jargão usual entre os círculos letrados.

5. *Comunicação simétrica*. Essa técnica pode ser desenvolvida mediante a constatação da informação, o diálogo ou a conversa horizontal para a produção de consensos verossímeis entre pesquisadores e pesquisados.

6. *Estrutura comunicativa*. O produto (escrito ou audiovisual) das ciências sociais é composto de dois elementos mutuamente relacionados que devem ser equilibrados: um núcleo ou esqueleto e um invólucro. O núcleo é formado por dados e fontes autorizadas e verificáveis; o invólucro, pela elaboração da mesma informação a partir de pontos de vista particulares, com imaginação circunscrita a matrizes culturais ou com imputações a personagens, processo que adiciona a originalidade interpretativa, a inovação e a surpresa descritiva. Essa é a técnica do *logos-mythos*, que permite a escritores ganhar brilho e efetividade na apresentação de suas mensagens e no manejo da história (vide o caso de Eduardo Galeano, do Uruguai). Isso leva à combinação de romance e ciência social, tendo sido tema de um dinâmico grupo de trabalho no congresso, coordenado por Rodrigo Parra e Luz Mery Giraldo;²⁹ isso também incentiva a construção de obras multivocais ou "estereofônicas", como minha *Historia doble*

²⁹ Os expositores deste eram escritores colombianos e estrangeiros de grande reconhecimento por sua originalidade, imaginação, estilo e preocupação com o social: Azriel Bibliowicz, J. E. Pardo, Karl Kohut, Claude Fell, Óscar Collazos, R. H. Moreno Durán e Rubén Sierra, além de Parra y Giraldo. Este grupo anunciou a publicação de um volume com ensaios do nosso congresso.

de la costa, feita em dois canais distintos em estilo mas simultâneos em termos de comunicação.

7. *Equilíbrio comunicativo*. Quando o núcleo de uma obra de comunicação é mais elaborado do que o invólucro, a obra se torna um exercício nomotético ou meramente técnico/informativo, não suscitando muito interesse. Se o invólucro é excessivo, o trabalho pode passar a ser ficção ou ideologia, não ciência. O equilíbrio necessário entre os dois elementos é adquirido com a medida proveniente da *fronesis*, da experiência do bom juízo e da prática comunicativa (ALTHEIDE; JOHNSON, 1994).

DA COOPTAÇÃO E O NOVO PARADIGMA CIENTÍFICO

Dois problemas de grande envergadura, que podem estar correlacionados, foram tratados de maneira detida em Cartagena. Foram os fenômenos da cooptação da P(A)P e da ideia de participação, por meio do *establishment* das instituições dominantes, e o processo de conformação de um paradigma que suplante a “ciência normal” atual para responder a necessidades que, como pesquisadores participativos e profissionais de ciência com compromissos vivenciais, já estamos acostumados.

Ao recordar o rechaço da PP pelo mundo acadêmico há 20 anos, tendo sido considerada anticientífica e pouco séria, pois não estava sujeita aos cânones positivistas, o congresso de 1997 sublinhou a forte corrente de assimilação ou de cooptação sofrida por dessa metodologia desde então. Tem sido notável sua adoção, especialmente se recordarmos que os congressos regionais de nossa grande família, a partir de 1989, tinham sido realizados em universidades e com a presença de funcionários internacionais, públicos e de ONGs (FALS BORDA; RAHMAN, 1991).

Com efeito, a pesquisa participativa e o conceito quase-ideológico de participação têm sido incorporados há algumas décadas por políticas oficiais de governos nacionais, entidades mundiais e instituições acadêmicas. Foi notória a presença de muitos delegados dessas entidades em Cartagena e um deles (Anders Rudqvist, da Suécia) assumiu o risco de organizar um grupo de trabalho sobre os macroprojetos participativos do Banco Mundial no jardim de propostas

do congresso. Essa apresentação recebeu resposta positiva de Robert Chambers na palestra principal.

A que se deve essa cooptação? Há alguns sintomas. Por exemplo, ficou evidente que os grandes projetos de desenvolvimento econômico não caminharam de modo satisfatório (exceto para as oligarquias) e que as políticas desenvolvimentistas não estiveram à altura das necessidades dos povos por razões discutidas nos grupos de trabalho. O recurso vital é promover a ideia da participação popular e a P(A)P, que são cada vez mais convincentes. Mas há dúvidas sobre a autenticidade das notas de muitas instituições e organismos não-governamentais que dizem com entusiasmo aplicar a P(A)P sem de fato fazê-lo, já que se convertem em entidades burocráticas que não permitem irradiar os recursos até as bases, monopolizando-os nos escritórios. Isso explica a onda de rechaço a ONGs e a grupos de base. Também são observáveis os riscos em experiências verticais (de cima para baixo) igualmente tidas como participativas e que mostram baixa qualidade técnica. Daí a necessidade de buscar soluções convincentes, como as iniciativas exitosas da família participativa autêntica apresentadas e examinadas em Cartagena, e de ter clareza (e controle) sobre os processos de assimilação de nossa ideia por instituições que correm risco de naufragar.

A atual cooptação da P(A)P, da PRA (*participatory rural appraisal*) e de técnicas irmãs é explicável, mas não deve significar um relaxamento da guarda. As tarefas positivas adiantas pelas centenas de movimentos sociais e políticos de ONGs vinculadas às ideias no terceiro mundo – também no primeiro mundo – são provas mais do que suficientes.³⁰ As exposições no congresso mostraram, então, que as diversas formas de participação social, cultural e econômica estimuladas por nossas correntes foram institucionalizadas, sem claudicações excessivas, ainda que corram perigo de desvirtuamento.

³⁰ Esses fatos nos levam a rechaçar imputações de ambiguidade em nossa posição diante do desenvolvimentismo. Ver Rahnema e Bawtree (1997). Estes autores apresentam dados e argumentos muito respeitáveis contra o desenvolvimento. Sachs (1992) também segue nessa direção. A inércia das instituições desenvolvimentistas sobre o tema é inacreditável, mas explicável em boa medida em função dos interesses ao redor delas. Disfarçar o desenvolvimentismo por meio de adjetivos, como participativo ou sustentável, que contradizem o substantivo, é outra forma de cooptar a participação e a PP. Ver também a importante contribuição de Arturo Escobar.

Enfim, reiterando: trabalhos são conhecidos como “esforços emancipatórios” ou libertadores, não como expressões de *experts*, ou seja, como logros para corrigir processos desequilibrados e/ou injustos de mudança social, alienação e devastação ecológica. Eles também são esforços para afirmar técnicas de educação e inventar melhores formas de comunicação, planificação e teoria de sistemas, bem como estímulos para desenvolver funções mais satisfatórias e humanas de administração e gestão de empresas. Com tudo isso, menores serão os perigos de uma cooptação negativa e maiores serão as possibilidades alternativas de coroar os trabalhos com um paradigma novo e à altura de nossas aspirações e capacidades. Conforme o consenso produzido em Cartagena, essa é a regra de ouro que devemos aplicar para a defesa da autenticidade da participação e a vigilância para que a P(A)P empregada seja consistente com os compromissos ideológicos e filosóficos implícitos, segundo os marcos de referência explicados anteriormente.

PARA UM NOVO PARADIGMA

Com tais elementos em mãos, não surpreende que do ceticismo sobre um novo paradigma científico presente no primeiro simpósio, em 1977 (apesar da profética conferência de Heinz Moser (1978)), tivéssemos avançado em Cartagena, 20 anos depois, rumo a uma prudente possibilidade de construí-lo.³¹

Com efeito, no congresso houve opiniões autorizadas, como a de William H. Shyte, expressando a necessidade de um afastamento da “hegemonia de uma modalidade de pesquisa que impeça a compreensão da complexidade do mundo” (WHYTE; GREENWOOD; LAZES, 1991). Foi sugerido que o possível paradigma não-hegemônico deveria, antes de tudo, combinar o praxiológico com o ético; esse paradigma deveria articular o conhecimento acadêmico com a sabedoria popular, o racional com o existencial e o regular com o fractal, mas como um projeto aberto de busca constante que não seja enquadrada por uma

³¹ Estes pontos de vista foram reforçados por Capra, no *Geloning to the universe*, ao propor cinco critérios para um novo paradigma: das partes ao todo, da estrutura ao processo, do objetivo ao epistêmico, do edifício à rede e da verdade às descrições aproximadas.

elite intelectual autocomplacente e que atua como cão-de-guarda do conhecimento, tal como ocorre no paradigma dominante.

Um paradigma emergente para nós seria inspirado no conceito de alteridade – o fato de reconhecer e valorizar o saber do outro –, rechaçando dogmas e verdades absolutas, aprendendo a conviver com as diferenças, sabendo comunicar e compartilhar o aprendido e introduzindo as perspectivas de gênero, as classes populares e a pluralidade ética nos projetos e muitas outras formas propositivas, altruístas e democráticas. Um paradigma emergente produziria a articulação da ciência com a consciência e do coração com a razão. Isso seria algo único na história das ciências, lidando com vivências ou com uma *Erfahrung* existencial.

Como consequência dessa reconstrução paradigmática, não poderiam ser omitidos da PP os valores sociais do trabalho investigativo, como pretendiam os puristas, de modo que esses valores devem ser incorporados abertamente nos marcos de referência. O congresso de Cartagena descartou novamente os preceitos da chamada “objetividade científica” e “validade interna”, pois aceitou que não há neutralidade valorativa nas tarefas de acúmulo de conhecimento, mas clareza de propósitos no trabalho realizado.

Obviamente persistem os dilemas para a construção de um paradigma alternativo. A esse respeito, vale mencionar a contribuição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil. Cardoso disse que, como é impossível afastar-se de uma realidade injusta, é preciso conhecer as relações entre a lógica de um conhecimento rigoroso da sociedade e a lógica da ação em um projeto político. Para defini-las, não pode haver monopólio da verdade ou da moral nem por acadêmicos nem por homens públicos. O melhor seria alcançar, por meio do debate ou do diálogo, um equilíbrio entre o ideal e o possível, entre a convicção e a responsabilidade, entre o técnico e o ético, ao menos para que as decisões políticas fiquem “iluminadas” pelo pensamento. Dessa maneira, Cardoso transcende a velha proibição de Hegel, feita a políticos e a filósofos, de simultaneamente atuar e conhecer sem permitir o efeito de retorno da teoria sobre a práxis (HABERMAS, 1973, p. 139).

O colega Alfredo Molano, da Colômbia, recordou o simpósio de 1977 e reconheceu que a P(A)P, com ceticismo criador, já havia abandonado o solo

dogmático do marxismo e os lugares comuns do funcionalismo, indicando a ideia de que o compromisso e a militância poderiam ser “tarefas científicas sérias”. Isso é parte da busca paradigmática. Contudo, conforme Molano, continuam existindo crises na explicação de conflitos, como os derivados da violência e da pós-modernidade, cujas resoluções muitas vezes parecem suicidas para os pesquisadores.

Apesar de tão ponderadas reservas, outros participantes afirmaram que o novo paradigma científico de buscas abertas ajudaria a melhorar o funcionamento das instituições e a vida das comunidades de três modos: (1) focar as áreas de penumbra em que as fronteiras formais de nossa disciplina cruzam as fronteiras das artes, de modo que se trata de um dos desafios mais importantes da ciência atual; (2) agitar a universidade, que segue morosa e rotineira, vinculando-a à vida real das comunidades e a seus problemas, ou seja, uma condição para a revitalização da instituição; (3) romper o isolamento intelectual produzido pelo jargão técnico a fim de enriquecer, com clareza, a linguagem comunicativa e o estilo das disciplinas. No congresso, isso foi explicado e demonstrado não apenas pelos comunicadores, escritores e artistas, com toda sua profundidade e imaginação criadora, mas pelos engenheiros civis preocupados com o humano e com o sistema social implicados em seus trabalhos específicos.

Peter Park considerou que o novo paradigma sustentador da PP deve enriquecer os valores do paradigma naturalista (consistência, simplicidade, cobertura, certeza e produtividade), adicionando outros valores como altruísmo, sinceridade, confiança, autonomia e responsabilidade. Esses valores, segundo Park, “são a máquina que pode rejuvenescer de maneira constante a sociedade por meio da pesquisa participativa: eles devem ser introjetados em nossa comunidade de praticantes”.

A construção desse novo paradigma aberto poderá ser uma tarefa preferencial das novas gerações que estiveram presentes em Cartagena, com seu transbordante entusiasmo de juventude. Cabe a essas gerações assumir o histórico dever de continuidade e persistência geracional ao qual os participantes mais maduros concedem total confiança.

IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA E PARA A EMPRESA

Para a PP foram importantes as contribuições de educadores e empresários que estiveram em Cartagena para participar dos grupos de trabalho sobre educação popular e educação de adultos, além da sistematização da gestão empresarial e ambiental.

Colégios e universidades

Os pedagogos presentes, como Budd Hall, Stephen Kemmis, Robin McTaggart e Arlés Caruso, reconheceram o vazio de muitas instituições educacionais e a gravidade da crise, pois a educação foi transformada em mercadoria a ser explorada. Eles propuseram modificações sobre formas e conteúdos de ensino, afinando as técnicas de comunicação aos contextos e motivando os professores a combater a rotina de escolas e universidades. Como afirmou o prêmio Nobel de literatura Gabriel García Márquez, um dos incentivadores de nosso congresso, em relação ao caso colombiano: “nossa violência irracional vem, em grande parte, por causa de uma educação formalista, repressiva e embrutecedora que em nada se parece conosco (em função de nossa criatividade)”.

1. Os professores recomendaram campanhas de “aprendizagem-ação”, o “salto educacional” e “o professor como pesquisador”: temas presentes já há alguns anos e que tentam vincular a educação formal com a informal, separação que nunca deveria ter ocorrido, pois esta representa a realidade da vida comunitária.³² Uma questão que encontrou forte respaldo junto aos estudantes diz respeito à necessidade de a estrutura acadêmica e de os intelectuais refle-

³² A esse respeito, destacam-se as contribuições do Encontro Regional da Costa do Caribe Colombiano, auspiciado pela Universidade de Cartagena, pela Coreducar e pelo Círculo de Trabalhadores da Fundação Social, com organização de Carmen Cabrales, Javier Hernández, Raúl Paniagua e Rosa Paniagua (ver a publicação *Una visión participativa de la costa caribe colombiana*, publicada pela Universidade de Cartagena em 1997). Há 25 interessantes exposições e relatórios de Víctor Negrete, Liliana Pérez, Edgar Rey Sinning, Ana Pombo de Cordero, Julio Sierra e Kenia Victoria. Houve outros 7 encontros universitários regionais na Colômbia (Bogotá, Medellín, Bucaramanga, Villavicencio, Yopal, Ibagué e Pamplona), todos preparatórios para nosso congresso. As entidades coordenadoras foram o Centro de Pesquisa e Educação Popular (Cinep), com Marco Raul Mejía e Marco Vargas, e o Cleba, com Alfredo Ghiso.

tirem sobre essas questões, empregando a PA, pois os estudantes estão preocupados com o futuro incerto da vida profissional.

2. Uma necessidade urgente consiste em impulsionar trabalhos, a partir da escola, em relação aos direitos humanos e à cidadania responsável, defendendo a paz e a tolerância para o manejo de questões públicas e interpessoais. Valorizar a criança, seus direitos e suas capacidades também foi motivo de consenso, admitindo-se que ainda há muito a ser feito em relação a isso.

3. Reconhecemos que devem existir vasos comunicantes entre a PA e a educação, com De Schuttes havia ensinado, de tal modo que os educadores assumam sem medo as tarefas de pesquisa participativa necessárias para melhor conhecimento da realidade escolar e comunitária, vinculando e motivando os estudantes de todas as idades até que estes se tornem gestores de sua própria aprendizagem, além de afirmar o papel de liderança e a orientação coletiva desempenhadas pelos professores. A conferência de Budd Hall é muito esclarecedora a esse respeito.

4. Uma meta possível é converter a aula em um sistema articulado de comunicação, pesquisa e construção do conhecimento entre todos os seus estamentos, tendo em vista uma espécie de comunidade educativa integral. A contribuição de Horton e Freire, durante conversa ocorrida no Highlander Center, pareceu muito pertinente em relação a esse aspecto.

5. Os grupos de trabalho sobre experimentação pedagógica formal e informal, liderados por John Gaventa e Sue Thrasher,³³ focaram esses temas e estudaram muitos casos concretos apresentados pelos participantes, localizando também outros problemas institucionais, especialmente sobre gênero, educação popular, formação de professores e avaliação participativa da aprendizagem e instrução.

³³ Foram expositores nestes grupos: Sue Thrasher, Helen M. Lewis, Mary Ann Hinsdale, Carol Añonuevo, Losandro Tedeschi, Jorge Jeria, Derek Mulenga, Paul Wangoola, Carmen N. Hernández, Verónica McKay, Allan Feldman, Ximena Zúñiga, James Blackburn, Vicki Creed, Yusuf Kassam, Ben Osuga, Deborah Johnson, John Thompson, Julián Gonsalves, Bunker Roy, Gabriel Kaplum, Flor Alba Romero, Luis E. Alvarado, Salomón Magendzo, Mike Sarakinsky, Colin Fletcher, Cristina Frodden, Elijah Sekgobela, Gerard Redemeyer Jürgen Hagmann, Edward Chuma, Mike Connolly, Ricardo Cetrulo e Sergio Haddad. Jorge Osorio, do Chile, iniciou o grupo com Guevara.

Ainda que tenhamos observado que as mulheres são mais presentes do que os homens na busca por educação e meios de gestão, ainda há formas machistas e androcêntricas de concepções filosófico-pedagógicas que impedem o melhor florescimento das diferentes perspectivas de uma política educacional mais equilibrada. O papel das mulheres na abertura e no cultivo deste campo de participação em educação permanece fundamental.

A formação de professores continua burocrática, apesar de estar fora de dúvida a necessidade de despertar a busca por técnicas melhores de comunicação e dinâmicas de grupo em aulas e em comunidades. As avaliações participativas da aprendizagem e da instrução (que podem receber outras designações, como “presencial”, “interativa”, “emancipatória”, etc.) sofrem constante interferência de propósitos contrários provenientes de concepções mercantis de ensino impostas pelos modelos imperantes, como a formação do “capital humano” e a competitividade, além das políticas estatais. A congruência dos fatores avaliativos, conforme os debates do congresso, não é uma meta fácil de ser alcançada, ainda que seja um propósito muito conveniente do ponto de vista social e cultural.

6. Houve interesse em conhecer experiências heterodoxas de educação, como o Colégio Descalzo de Tilonia, na Índia, que foi concebido como uma solução autossuficiente para os problemas específicos em Bihar. Conforme seu fundador, Bunker Roy, muitas vezes é exigido “desaprender o aprendido” e “desfazer a ciência normal” a fim de assimilar o conhecimento e o talento local, que podem ser mais eficazes para resolver problemas. Nessas circunstâncias títulos e diplomas não têm valor, pois conta mais a experiência autóctone. Esse rechaço à universidade, que existe desde os anos 1960, foi compartilhado por diversas delegações. Trata-se de outro sintoma importante da busca por um novo paradigma aberto.

7. Em Cartagena também foi ressaltado o exame das relações entre o marginal e o central em educação popular. Muitos educadores não-conformistas têm trabalhado à margem das instituições, experimentando a participação, as expressões lúdicas e os jogos. Às vezes, para nossa surpresa, esses espaços marginais são aceitos e cooptados, como nos casos da Austrália, África do Sul e Chile, compreendendo milhões de pessoas em programas escolares e

universitários formais. Vale lembrar que, para os aborígenes australianos, a recuperação da música e dos instrumentos tradicionais (em uma combinação original com o rock), atividades realizadas na escola com jovens professores que aplicaram a P(A)P nos anos 1980, significou também a recuperação da dignidade daquele grupo como povo.

8. Essa transição das margens para a centralidade em instituições de educação apresenta alguns desafios. Será que os novos métodos de participação estão produzindo resultados diferentes e melhores, tanto no ensino quanto na pesquisa? Como respondemos à mudança nas relações de poder que isso significa, tendo em vista a transformação das práticas institucionais? Como asseguramos que as mudanças conduzidas aos centros a partir das margens não sejam perdidas ao longo desses processos?

Tais perguntas, em parte, foram respondidas pelo ministro da educação da Colômbia, o sociólogo Jaime Niño Díez, ao fazer um histórico da Escola Nova, cujas origens encontram-se na Colômbia. O desafio inicial foi rural, ou seja, marginal às instituições educacionais nacionais, e pretendeu elevar o nível de ensino a partir de difíceis circunstâncias materiais, contando com um corpo docente não muito bem preparado. Após 15 anos de prática, os resultados são alentadores, a ideia inspirou outros países e foi motivo de atenção da UNESCO e de seus novos Programas MOST. Contudo, segundo o ministro, atualmente convém dar novo impulso à Escola Nova, incluindo a capacitação de pesquisa, para a qual o ministério chama a atenção ao recomendar a P(A)P e ao adotá-la como farol orientador dessa campanha.

9. Os desafios para as universidades são igualmente grandes, ainda que sejam mais conhecidos. Nelas houve um processo de cooptação participativa, já que hoje há milhares de departamentos no mundo onde é ensinada a PA. O objetivo de colocar essas abordagens em prática tem sido difícil em função da inflexibilidade dos acadêmicos, dos ritmos (em semestres ou anos) do ensino e da exigência de teses individuais para títulos. Como vimos, esses trabalhos são de mediano ou longo prazo e requerem uma continuidade mínima, com persistência e compromisso pessoal ou equipamentos, ao menos por parte dos professores e dos alunos, de modo que estes possam manter firmes os trabalhos por mais de um semestre.

Nem sempre essas condições podem ser combinadas nas instituições para a construção do vínculo universidade-sociedade de modo participativo. O elitismo e o dinheiro pesam muito. Ainda assim é fácil notar que assumir essas tarefas com seriedade levaria a transformações fundamentais nas estruturas e nas funções das universidades: algo que muitos jovens estudantes vêm sentindo e exigindo para que possam se sintonizar melhor com a vida extra-universitária e com a realidade que nos condiciona.

Em geral, nos grupos de trabalho houve consenso com as teses expostas pelo educador australiano Stephen Kemmis, relator do congresso, no sentido de que

[...] os professores em suas escolas poderiam formar grupos críticos de pesquisa ativa que progressivamente incorporem estudantes e outros membros das escolas em um trabalho colaborativo de auto-reflexão. Em termos de sistema, isso significa que assessores, organizadores e coordenadores de currículo devem devolver a responsabilidade das políticas de educação aos professores e a outros em campo. Tal é a natureza da pesquisa-ação emancipatória como expressão da ciência crítica da educação.

Em empresas e micro-empresas

Quanto aos empresários e aos micro-empresários, é evidente a aberrante persistência de um capitalismo neoliberal selvagem e explorador nos países do terceiro mundo, de modo que isso os colocou à margem de campanhas participativas, ainda que comece a haver alguma injeção ideológica através da “economia solidária” e de concepções humanas de eficiência. A esse respeito foram úteis as apresentações sobre o caso das Cooperativas Mondragón na Espanha, por Davydd Greenwood e William H. Whyte,³⁴ e as exposições dos teóricos de sistemas que ampliaram seus focos até a administração de empresas

³⁴ O caso das cooperativas de Mondragón foi apoiado teoricamente e profissionalmente como uma empresa humanística pelo economista Mark A. Lutz e pelo psicólogo clínico Kenneth Lux (1988). O livro deles denuncia a economia neoclássica como expressão matemática do academicismo. Os autores retomam a tradição original da economia política, pois parece mais congruente com as teses e as teorias da pesquisa participativa, conforme discutimos em Cartagena, por não separarem a economia da sociedade.

e técnicas e concepções da chamada *soft-systems theory* (teoria de sistemas flexíveis) (CHECKLAND; SCHOLLES, 1990).³⁵

Além das experiências apresentadas pela chamada Escola Escandinava, descritas anteriormente – elas demonstram a pertinência das técnicas participativas no desempenho laboral e no melhor funcionamento das fábricas, com mais justiça e satisfação aos produtores -, foram estudados outros casos oriundos da Suécia, Austrália, África do Sul, Filipinas e Venezuela.

1. Com efeito, é possível demonstrar que o aumento de produtividade e melhores resultados nas empresas estão relacionados diretamente com a participação laboral. Na Suécia foram modificados os desenhos nos núcleos de controle em siderúrgicas com base em explorações e propostas diretas dos trabalhadores envolvidos, contando com excelentes resultados. Na Austrália, a contribuição universitária para essa finalidade foi notável a partir dos vínculos entre professores e atividades extracurriculares realizadas na comunidade, ainda que tenham havido dificuldades institucionais. Essas dificuldades foram estudadas formalmente na Venezuela por um grupo da Universidade Centro-Ocidental preocupado com processos de tomada de decisão de natureza gerencial.

2. Uma vez ocorrida a posse do presidente Mandela na África do Sul, foram organizados grupos inter-raciais que desenvolveram atividades de apoio e tolerância em fábricas, empresas e demais entidades. Houve importantes exercícios de auto-avaliação e de participação que continuam esse processo de reconstrução até hoje. Em geral, os problemas raciais e as tensões inter-raciais nos países ricos não foram tratados no congresso, ainda que tenha sido claramente explicitado o apoio às reivindicações de todos os grupos explorados e oprimidos por causas raciais (bem como religiosas e de gênero).

3. Nas Filipinas foi estabelecido um grande programa de transferência de tecnologia para microempresas camponesas, empregando formas participativas de comunicação e de ação e projetos especiais a fim de aumentar os fluxos econômicos, melhorar a eficiência das trabalhadoras e dar vida à economia rural.

³⁵ Os grupos foram coordenados por Ernesto Parra. Expositores principais: Anders Machs, Bertil Olsson, C. K. Christensen, J. J. Watters, C. Arcodia, Y. Ryan, P. Week, Kathleen Collins, Julieta R. Roa, Javier Escalera e Alicia Sanabria de Camino. Fernando Rojas iniciou este grupo.

A participação direta dos trabalhadores no desenho e no desenvolvimento desses projetos foi muito positiva.

4. Se o capitalismo segue globalizando a experiência de exploração, como parece inevitável até o auto-colapso, é preciso combater os efeitos nefastos nas empresas e fora delas, pensando em povos e em comunidades, como sustentou Rodolfo Stavenhagen no México. Não podemos esquecer que, em termos econômicos, a maioria das empresas é de âmbito nacional, regional e local. A globalização, especialmente o mercado financeiro, tem muitas ramificações e é majoritariamente elitista.

Para impulsionar o combate à globalização exploradora de grande escala (que ainda veremos com maiores detalhes), foi recordada a importância do setor ou da economia informal na dinâmica empresarial da porção mais desprotegida da população, ou seja, aquela que não se encaixa nos modelos dominantes. Esses setores de microempresários e comerciantes informais, incluindo mulheres, crianças e grupos marginais, estão descobrindo formas de comunicação e de organização socioeconômica que podem levar à criação de sistemas próprias de gestão. Essa resposta da P(A)P, se for intensificada, pode ajudar a resolver as agudas contradições no mundo atual.

IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO-TEMPO GEOPOLÍTICO

Alguns grupos de trabalho discutiram temas estratégicos de alcance internacional a partir do grande conceito de espaço-tempo geopolítico e transformativo exposto em Cartagena: globalização, desenvolvimentismo, democratização, governo local, movimentos sociais e culturais, justiça e resolução de conflitos, pobreza, fome, biodiversidade e recursos naturais.

Sobre a globalização

O grupo coordenado pelos cientistas políticos Socorro Ramíres e Juan Tokatlian³⁶ foi claro ao determinar características gerais dos processos de

³⁶ Os expositores deste grupo sobre globalização foram: Elizabeth Whitmore, Mauren Wilson e Maritza López de Rodríguez, além de Ramírez y Tokatlian.

globalização, transnacionalização e homogeneização que afetaram ciclicamente (desde a época dos impérios modernos) todas as sociedades, em particular os povos nativos, tendo em vista o controle dos recursos naturais em posse daqueles povos. Estimulados hoje por mudança tecnológica, os processos globais levam as sociedades à subordinação diante da força avassaladora do mercado capitalista, especialmente do capital financeiro que flutua como uma massa imprevisível sobre o mundo.

A globalização capitalista, como se sabe, tem efeitos deletérios sobre as identidades, culturas, relações entre países e democracia. Tutelada pela ideologia neoliberal (que, para muitas pessoas, é como a ideologia neoconservadora), a globalização caminha para a uniformidade no manejo das economias nacionais, nos valores e nos padrões de consumo, tendendo a debilitar a pulsação das culturas autóctones. Ela é anti-participativa. A globalização cria integrações, exclusões e diferenciações que articulam e subordinam as dinâmicas nacionais e regionais vitais para a solidariedade humana – e disso não escapam sequer as nações mais ricas e avançadas. O que parece ainda pior: a nível global, a resultante não seria um processo democrático, mas algo hegemônico e potencialmente impositivo ou autocrático. Nem as nações, em sua cúpula de segurança, escapam dessa tendência. Com a unipolaridade, a globalização capitalista pode se converter em um guarda-chuva sufocante para as nações médias e pequenas, que perderiam autonomia, apesar das cantilenas democráticas apregoadas pelos simpáticos à globalização.

Entre os mecanismos que possibilitam esses processos globalizantes - alguns desastrosos, outros mais ou menos impositivos – foi destacado um aspecto assinalado pelas comunicações coordenadas por Martín-Barbero: o principal impacto das tecnologias de informática e dos meios de comunicação, hoje, está na pluralização e na disseminação do conhecimento. Conforme o grupo, isso ocorre através de deslocamentos das hierarquias que selecionavam e decidiam sobre o que era possível conhecer e quem poderia fazê-lo, além do descentramento dos lugares sociais onde se constrói o conhecimento. No novo espaço global, onde são visíveis as demandas coletivas e as novas expressões de identidade, são entrelaçadas relações entre culturas que já não são

sucessivas, bem como distintas narrativas (orais, escritas, audiovisuais e virtuais) podem coexistir.

Diante de tal desafio da globalização, implicando a perda de valores sociais considerados vitais para a participação democrática, como a solidariedade, a confiança coletiva e a sensação de segurança pessoal e nacional, os grupos de trabalho propuseram três tipos de defesa: uma cultural, que enfatiza o local e a diversidade/alteridade; uma econômica, baseada em programas alternativos; e uma política, que enfatiza a radicalização da democracia e que reconsidera o papel atual de um socialismo democrático autêntico capaz de formar uma sociedade civil global.

1. Quanto à diversidade/alteridade local (estudada por Tzvetan Todorov), contou-se com a opinião favorável ao multiculturalismo vinculado aos trabalhos dos filósofos do grupo de Guillermo Hoyos, apresentando o tema como “o problema do momento”. A multicultura é o motor e a fonte de recursos para a democracia participativa e descentralizada que está nascendo em muitos países. Consta-se, assim, o reavivamento de entes espaciais, como região, etnia e comunidade, tanto no norte quanto no sul, de modo que esses elementos atuam como antídotos basais ou equilíbrios culturais de tendências globalizantes. O local é muito importante porque ali está a realidade popular e suas raízes: há muitos casos de descentralização no antigo mundo socialista, em nações europeias com autonomias locais, como Espanha, França, Itália, Bélgica e Alemanha, e na América Latina, onde o processo de reordenamento territorial serviu ou está servindo para democratizar instituições e induzir mais participação política de base.

Essas tendências culturais e políticas de localização basal são vivas ainda em bairros e em comunidades pobres dentro das grandes cidades ou nos arredores, como podemos ver em Cartagena com as idas a campo efetuadas em Henequén (bairro de recicladores de lixo) e em Arroyogrande (povoação de pescadores). Nesses locais há unidades eficazes para defesa da vida comunal, surgimento de movimentos sociais importantes e estímulo a expressões culturais próprias que permitiram à popular recuperar a decência e a dignidade. O mesmo pode ser dito de muitos outros casos similares nos cinco continentes – pois o sul também está no norte rico –, e podemos esperar articulações de resistência à

globalização a partir dessas dinâmicas. A PA pode, de maneira prática, desconstruir a uniformização e trabalhar em uma frente comum de ação cultural que combine os interesses e as identidades dos pobres do sul com os explorados do norte, induzindo políticas de interesse geral e mundial para humanização do capitalismo triunfante.

A tarefa de transformar o capitalismo foi destacada em Cartagena como um processo muito dramático e quase impossível, porque se trata não apenas de dar-lhe “um rosto humano”, mas de mudar o coração. Como fazer isso nessas circunstâncias? Aceitando que hoje o capitalismo seja triunfante, com o retrocesso do socialismo, o capital tem uma feição monstruosa que, com olhos de Górgona, demonstrou imensa capacidade de produzir o bem e o mal concomitantemente: é um sistema que cria riqueza como ninguém, ao passo que cria pobreza como nunca. Esses fenômenos não são sucessivos ou excludentes, mas irmãos siameses. Daí a inexplicável eficácia dessa monstruosidade, tornando o capitalismo também aparentemente implacável.³⁷

Mas sem as possibilidades oferecidas pelas culturas regionais, as diversidades locais e o apreço pela alteridade, estaríamos em circunstâncias ainda piores. Por isso, em Cartagena, não foram vislumbradas outras possibilidades além da persistência na crença participante.

2. A resposta da economia a esses duros problemas está baseada na análise e na ação proposta por Manfred Max-Neef há alguns anos, sinalizando indicadores de desenvolvimento, os elementos aglutinadores de civilização e a crítica ao neoliberalismo (MAX-NEEF; ELIZALDE, 1986; MAX-NEEF, 1986). Nem todo crescimento (como o próprio “desenvolvimento”) é bom, pois pode ser um processo inumano que beneficia apenas poucos, tal como ocorre com a atual globalização capitalista e como ocorreu antes com a chamada “Revolução Verde”. Os indicadores de crescimento, mesmo em países considerados avançados, como Inglaterra, Dinamarca, Alemanha, Suécia, Áustria e EUA, segundo Max-Neef, mostram que a partir de certo ponto as curvas de produção nacional e de satisfação de necessidades básicas se separaram: as desigual-

³⁷ Este parágrafo é inspirado em uma exposição feita pelo ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, em 23 de outubro de 1977 em Bellagio (Itália), apoiada pela Fundação Rockefeller, sobre campanhas mundiais de reconstrução comunal. Vários delegados do congresso de Cartagena assistiram àquela interessante reunião.

dades se multiplicam e a pobreza reaparece. Surge, então, uma capacidade de autodestruição no capitalismo global. É como se este, tal como o ouroboro mitológico, começasse a se devorar a partir da própria cauda, deixando uma quase impagável dívida social. Não haveria, assim, desenvolvimento sustentável com as pautas atuais da globalização e do livre-mercado, de modo que convém buscar alternativas viáveis de sobrevivência coletiva, como pretende agora o Banco Mundial a partir de seu grupo de trabalho sobre participação.

O esforço das economias locais – bem como das culturas – é uma grande defesa diante da globalidade não-sustentável, afirmou Max-Neef em sua conferência. Não haveria necessidade de mudar o coração do sistema, mas induzir sua total decomposição ou autofagia. Foi apresentada, portanto, uma forte crítica à teoria e à prática do “desenvolvimento socioeconômico” e da “macroeconomia” que será retomada adiante.

3. As saídas políticas se inspiram na necessidade de disposição de uma resposta igualmente macro e que seja feita à altura do desafio da globalização capitalista. A esse respeito não houve muita clareza nem consenso, ainda que tenha ficado claro que muitos governantes são parte integral do problema e que contra eles e seus partidos deveríamos atuar no sentido de transformações fundamentais.

Por um lado, há a preocupação das nações ocidentais dominantes com a expansão do modelo democrático-representativo ao resto do mundo, tendo como princípio o conceito westfaliano de “soberania estatal”. Em muitos lugares isso conduziria à implantação de processos democráticos mais radicais e amplos. Em outros lugares, se for respeitado o critério já discutido da alteridade-diversidade – que reconhece a incidência de fatores próprios de índole cultural, política, étnica, religiosa, etc. –, poderiam surgir formas não necessariamente democráticas no estilo ocidental, mas propostas mais abertas, de base, semidemocráticas e até mesmo autoritárias, reivindicando o direito dos povos de autodeterminação e apelando para a “soberania popular”. Isso não resolve o problema de uma resposta macro à globalização, mas produz uma dispersão de formas políticas de governo desarticuladas, ainda que autênticas e autônomas, de caráter regional (não-nacional e menos ainda mundial). Como reação ou

resposta às atuais tendências da globalização, contudo, esses processos podem ser desencadeados a qualquer momento, tal como já ocorre em vários lugares.

Outra saída política macro, conforme alguns participantes do evento, tem a ver com um socialismo pluralista, entendido a partir de um projeto civilizador universal baseado nos valores sociais primeiros. Obviamente, não se trata do socialismo real, cujas expressões personalistas e burocráticas ou falsas (como a autogestão de Kardelj na Iugoslávia) foram conhecidas e sofridas por milhões de pessoas em muitos países. Não se trata da tomada direta do poder estatal por força das armas, como ocorria antes, mas de um salto social de consequências práticas. O processo comporta a conformação de movimentos políticos de nova linhagem democrática e participativa, como os observados, por exemplo, em Porto Alegre (Brasil) com o Partido dos Trabalhadores, em Villa del Salvador (Peru) e em Montevideo (Uruguai), tendo como eixo a luta por justiça social e a defesa das classes exploradas contra proprietários rurais, empresários e capitalistas selvagens. Isso implica um retorno do pêndulo histórico para a “esquerda”, como periodicamente ocorre, tendo como sintomas as últimas eleições na França, Inglaterra, México e Argentina.

Uma democracia social renovada em escala mundial, que retome Marx, outros pensadores críticos e mártires do socialismo, prezando pelos valores da vida e da alegria (e não por tanques de guerra), com uma democracia social que respeite a sociedade civil organizada, permitiria a correção de muitas injustiças e desequilíbrios observáveis nas atuais tendências. Seria mais do que uma simples “sociedade aberta” na qual ainda persistiria um capitalismo “melhor”: essa democracia teria como preocupação civilizá-lo e humanizá-lo, ou seja, mudar sua essência egoísta, exploradora e usuraria. Talvez o esforço necessário para erradicação da pobreza se torne uma ideologia unificadora, em escala global, para desfazer as atuais aberrações da globalização capitalista.

Finalmente, outra alternativa política consiste em estimular redes mundiais para empregar recursos, como a eletrônica e a internet, a fim de conformar uma “sociedade civil global” com suficiente auto-identificação, força moral e poder cívico para corrigir os defeitos existentes e equilibrar a força das

corporações multinacionais.³⁸ Os diversos países do sul poderiam unificar suas vozes contra os diversos países do norte, induzindo o autoexame corretivo do sistema dominante em suas próprias entranhas.

Enfim, parece conveniente seguir o oportuno conselho de Manuel Castells (1997) a esse respeito: “é preciso contar com uma bússola e uma âncora. A bússola consiste em educação, informação, conhecimento, tanto para o indivíduo quanto para o coletivo. A âncora consiste nas nossas identidades. Saber quem somos e de onde viemos para que não nos percamos no caminho por onde vamos”.³⁹

SOBRE DESENVOLVIMENTISMO, POBREZA E RECURSOS NATURAIS

O grupo de trabalho coordenado por Arturo Escobar e María Cristina Rojas⁴⁰ indicou que há uma crise no conceito e na prática do desenvolvimento, pois seus resultados não são convincentes, tanto no campo social quanto no campo econômico - ainda que tenham aumentado as taxas de produção, a distribuição da riqueza não foi melhorada. Esse debate vem ocorrendo na Europa e na América do Norte há alguns anos (cito, como referências, Escobar, Sachs e Rahnema), pois as tensões e os problemas resultantes são maiores do que os benefícios acumulados pelo desenvolvimento. As fórmulas que advertem sobre as falhas e combinam a ideia de desenvolvimento com adjetivos como participativo, sustentável e integral também não convencem, pois mal dissimulam o pecado original do primeiro intento desenvolvimentista, ou seja, aquele concebido no norte a partir do Ponto IV de Harry Truman (1948) e imposto ao sul como pautas a serem imitadas.⁴¹

³⁸ Esta é a tese de Hubert Campfens (1997). Apresentada no congresso, a ideia foi recebida com apreço em função da crítica realista do movimento de desenvolvimento comunal em vários países.

³⁹ Quase simultaneamente ao congresso, recebemos o livro de Wallerstein (1997) em que o autor trata, com realismo e muita seriedade, aspectos pertinentes às discussões de Cartagena: as perspectivas do capitalismo, o dilema da acumulação, o dilema da legitimação política, o problema da geocultura e a crise do sistema histórico. Ver Peter F. Drucker (1993) e sua ênfase sobre o tipo cognoscente de sociedade, a cidadania social e a evolução do Estado nacional.

⁴⁰ Foram expositores do grupo sobre desenvolvimentismo: María Keita, Debbie Fredo, Smitu Kothari, Søren Hvalkof, Libia Gueso, Carlos Rosero, Rigoberto Lanz, Maia Carter, Sara Torres, Alma Estable, Lisa Taylor, Marc Craps, Maruja Salas e Timmi Tilmann.

⁴¹ Ver Arturo Escobar (1995). Trata-se de um livro básico para entender a natureza e a origem do discurso desenvolvimentista, desvelando seus componentes ideológicos e políticos segundo

As principais observações a esse respeito, em Cartagena, confirmaram os pontos de vista de Max-Neef sobre a impossibilidade de atingir algum “desenvolvimento sustentável” com a recente abertura e com as pautas dominantes no capitalismo global, tampouco com as pretensões evolutivas que querem combinar o velho internacionalismo de Estado com o capitalismo de livre-mercado. A privatização de empresas estatais igualmente não significa fomento à participação. Pelo contrário, o desenvolvimento fomenta uma entropia que arrasta todos os recursos dos quais se alimenta (naturais, sociais, culturais e humanos). Isso pode levar a uma taxa de crescimento nula que, embora satisfaça os países avançados, destorça as raízes produtivas do terceiro mundo tropical e subtropical. Essa situação não pode ser tolerada para países que se desenvolvem buscando o bem-estar para seus povos.

Há também uma séria ameaça mundial com o abuso ecológico do desenvolvimentismo, pois ele é estimulado pelo capital selvagem até se tornar incontrolável. As problemáticas “revoluções verdes” do passado hoje se transformaram em revoluções ambientalistas impulsionadas por tecnocratas internacionais muitas vezes destoantes de outras urgências sociais, culturais e políticas. Ademais, o ecoglobalismo resultante é apresentado como uma responsabilidade de todos no planeta, mas a realidade não é exatamente assim. Os países avançados são mais culpados pela depredação ambiental do que os povos dos países atrasados. Muitas classes pobres - incluindo os indígenas - tem demonstrado mais respeito ao meio ambiente do que grupos ricos e poderosos.

A partir de tais argumentos, o grupo de Escobar colocou a seguinte questão: de onde – a partir de quais espaços culturais, sociais e cognitivos – é possível suplantar o “desenvolvimento”, praticado com resultados tão duvidosos? Há alternativas, apresentadas em diferentes partes do mundo, que podem estar relacionadas aos três espaços aqui já discutidos: os movimentos sociais, as práticas culturais, sociais e ecológicas e os processos de produção de conhecimento.

o esquema de Foucault. Os limites desse discurso podem ser facilmente percebidos em estudos de caso, como os trabalhos apresentados por Hubert Campfens (1997) para o Canadá, Holanda, Israel, Gana, Bangladesh e Chile, tendo em vista o fracasso de tais políticas nestes países.

Por um lado, como os mundos locais ainda existem – pois ilustram diferenças significativas com modelos dominantes, oferecendo resistência –, seria possível repensar o universo a partir destas micro-perspectivas, aprofundando as práticas de ver, ouvir e projetar aqueles pequenos mundos à luz de formas não-convencionais de conhecimento. Por outro lado, para defender essas realidades locais, convém superar os dualismos (global/local, capitalista/não-capitalista) a fim de um melhor entendimento do poder e de suas múltiplas fissuras, como as criadas por etnias e comunidades diversas, aproveitando as fissuras para decisão e compromisso de transformação.

Há necessidade, portanto, de ruptura da cumplicidade do discurso do social com a organização atual de poder, de modo que não sejamos enganados pelos cantos sibilinos do neoliberalismo, da abertura econômica e da globalização. Disso depende a sobrevivência de todos os mundos, especialmente tendo em vista os usos dos recursos naturais – junto aos quais o capitalismo tem sido voraz e destruidor –, mudando as concepções contemporâneas de produção, consumo, democracia e ética a fim de mitigar as taxas autodestrutivas da entropia global.

Os grupos de trabalho sobre pobreza e fome (coordenado por Elsy Bonilla),⁴² bem como sobre biodiversidade, recursos naturais e preservação do hábitat (coordenado por Darío Fajardo, Marc Lammarick e Timmi Tillmann),⁴³ versaram sobre esses aspectos vitais.

Sem dúvida, esses problemas estão relacionados ao neoliberalismo e às desastrosas políticas de desenvolvimento. Há uma bomba-relógio ativa com a dívida social com as classes pobres, exploradas e oprimidas pelos sistemas dominantes. Para erradicar a pobreza é preciso investigar e conhecer por dentro as elites políticas. Por isso contamos com muitos dados de Gana, Colômbia, Nova Zelândia, Canadá, Nicarágua, Estados Unidos e Himalaia, demonstrando os desastres resultantes da mão pesada das oligarquias. Há, então, perigos

⁴² Expositores do grupo sobre pobreza e fome: Richard Conto, Rosemary McGee, Uwe Kievelitz, Jaime Joseph, Soon Barraclough, Amaury Padilla, Armando de Ávila, Beatriz Salas, Carmen Cabrales e Javier Hernández.

⁴³ Expositores do grupo sobre recursos naturais: David Deshler, Kwesi Opoku-Debrah, Helen Ritchie, Fanny Becerra, Ismael Acosta, Günter Meinert, Robert Dilger, Juan Gaviria, Nancy Gradens-Schuck, Patrick Christie, Bertha Simmonds, Oswaldo Morales, Helle Ravnborg e Maruja Salas. Darío Fajardo, da Colombia, iniciou o grupo.

enormes: (a) a carência de água, fator presente em diversos conflitos bélicos na Europa e na África, podendo se estender para outras partes; (b) o desmatamento que implica mudanças climáticas, aumenta a erosão e contamina o ar, ameaçando matas e florestas na Ásia, na Indonésia, no Brasil e na Colômbia. Foi exposta uma pergunta preocupante: por que não são imediatamente empregadas tecnologias de ponta a fim de resolver os problemas derivados do atual uso energético, que é tão depredador? Os governos têm a palavra.

Para a dívida social acumulada, há uma armadilha da pobreza implícita nas políticas de desenvolvimento, além do fracasso das atuais práticas de transferência de tecnologia. É preocupante o que ocorre nos bancos genéticos que as companhias farmacêuticas obtêm junto a comunidades indígenas mediante patentes. Por sorte, contudo, há também bons comitês de pesquisa regional, planejamento participativo aplicado e iniciativas de crédito dirigidos à “justiça e autossuficiência dos pobres como processo libertador”, tal como apregoa a Sociedade Cooperativa Ecumênica de Desenvolvimento (SOCED), criada pelo Conselho Mundial de Igrejas, além de programas técnicos e educacionais para defesa da água e do meio ambiente (como na Holanda), técnicas econômicas e sociais de reciclagem de lixo e aplicação inteligente de técnicas de diagnóstico rural participativo. Em todas essas experiências tem ocorrido frutíferos intercâmbios horizontais entre agentes externos de mudança e líderes/empresários preocupados com a mudança de comportamento. Isso implica um retorno às políticas de fomento autônomo de muitas atividades locais, como o reflorestamento, a agricultura e a indústria em países atrasados.

Novamente, concluímos que uma alternativa a essas expressões do mau desenvolvimento – proposta, estudada e já adotada por muitas instituições - consiste na participação popular e na luta política. A principal metodologia hoje aplicada nessas circunstâncias de crise é a pesquisa-ação participativa.

SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTOS E GOVERNO LOCAL

O grupo de trabalho sobre democratização (coordenado por Francisco Leal Buitrago),⁴⁴ o grupo sobre movimentos (coordenado por Jaime Arocha),⁴⁵ o grupo sobre integração social (coordenado por Elías Sevilla Casas)⁴⁶ e o grupo sobre participação e governo local (coordenado por Tomás R. Villasante)⁴⁷ convergiram em dois pontos: (a) a necessidade de retomada da democracia de base, ou local, com valores e conceitos positivos calcados na cidadania ativa, cultura híbrida, reconstrução étnica, alteridade, identidade local e transmissão intergrupala de sentido; (b) o neoliberalismo perigosamente fomenta democracias sem liberdade, elaborando uma das teses expostas no congresso por Agnes Heller.

De partida, Aníbal Quijano, do Peru, assinalou que, no contexto da modernização, a construção da cidadania está em crise. Para ele, a P(A)P pode contribuir para um efeito libertador sobre o pensamento, exercendo contrapeso na balança de poder. Ele destacou a organização de movimentos populares e civis que deslocam os partidos desvalorizados e clientelizados, indicando expressões diversas de poder popular. O presidente Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, afirmou que ser cidadão pressupõe mais do que o voto: requer o desenvolvimento de um tipo de sabedoria política que esteja além dos interesses individuais.

Os movimentos sociais (culturais, econômicos e políticos) estão submetidos a ciclos conjunturais, ou a espirais, dos quais dependem sua continuidade, seu reforço e seu desaparecimento. No congresso foram citados antecedentes históricos de movimentos que percorreram o trajeto cíclico do

⁴⁴ Expositores do grupo sobre democracia: Aarón Zazueta, Ponna Wignaraja (en ausencia), Rosario Saavedra, Stela Carillo, Lourdes Regueiro Bello e Aníbal Quijano.

⁴⁵ Expositores do grupo sobre movimentos sociais: Asafa Jalata, Lynda Schneekloth, Robert Shibley, Helen Safa, Jean Stubbs, Lourdes Martínez, Víctor Negrete, Jaime Eduardo Jaramillo, Carlos Arango Cálad, Isabel Guerrero, Laura C. Cogollo, Vera Gianotten e Ton de Wit.

⁴⁶ Expositores do grupo sobre integração social: Bob Finlay, Eileen Pigott-Irvine, Judith McMorland, Hilda Valenzuela, Javier Hernández, Carmen Cabrales, M. Saleem, A. Hussain, D. Abroze, Xavier Albó e Yolanda Wadsworth.

⁴⁷ Expositores do grupo sobre governo local: Alí Arión, Aurilena Toledo, Carlos Rodrigues Brandão, M. Delgado, Y. Gaviria, F. González, S. L. Geise, Fernando Morais, Francisco Miralles, Gesa Chomé, Justo Magaguren, María del Pilar García, Marcelo Mendoza, Miguel Martínez López e Óscar Grillo.

protesto inicial até a proposta política duradoura, como o caso dos cartistas ingleses (1838-1848). Esses movimentos implicaram a criação do Partido Trabalhista, uma vez que foram enriquecidos pelo socialismo utópico e pelo cooperativismo rochdaleano.

Em outros casos, observamos que os movimentos podem necessitar de ritmos de renovação e substituição de dirigentes, caso queiram perdurar. Isso é claro no caso colombiano, enfrentando situações duras como cooptação, corrupção e assassinato, além do controle e do silêncio dos meios de comunicação.

A questão dos dirigentes segue um mistério: o carisma, por si, não é suficiente, pois os contextos em que os líderes agem e as oportunidades táticas parecem determinantes. Muitos podem depender também da disposição de grupos anti-elite que desloquem os grupos dominantes. É difícil caracterizar a figura do dirigente. Se fizéssemos um inventário de características, teríamos um boneco ou um Frankenstein. Um perigo evidente reside nas personalidades com tendências autoritárias, falta de humildade, carência de autocrítica e descuido em relação à sintonia com as bases. Uma liderança coletiva ou rotativa tampouco pareceu totalmente prática ou conveniente.

Em Cartagena foi proposta a ideia de promover líderes servidores a fim de resolver o dilema da burocracia, criando confiança entre os seguidores, pois sem confiança os ciclos de ação do movimento não podem ocorrer e as transformações não são alcançadas. Líderes educados formalmente (como Gandhi, Nehru, Nyerere ou o subcomandante Marcos) podem converter sua educação em experiências libertadora para que o movimento não se afaste das bases, mantendo-se consequente com seu compromisso e com a indicação de saídas possíveis.

Para os movimentos e para o reforço da sociedade civil, como discutimos em Cartagena, é estudar a aprendizagem de discursos e modelos de ação técnico-científicos destinados a melhorar a qualidade de vida dos grupos sociais, como ocorreu há duas décadas na Guerra contra a Pobreza, nos Estados Unidos, e depois nas Zonas de Empoderamento. Será necessário superar esquemas clássicos de adoção e aplicação de inovações tecnológicas, já que há atores tradicionais, pré-modernos ou populares capazes de se mobilizar, criar e

obter resultados aceitáveis das práticas. O exemplo exitoso do atual Movimentos dos Sem Terra no Brasil (como anteriormente o movimento campesino colombiano ANUC ou o movimento de Chiapas no México) é uma evidência suficiente. O mesmo êxito se observa no Zimbábue, com a Organização de Associações Rurais para o Progresso (ORAP), cujas 600 unidades são coordenadas por Sithembiso Nyoni (atualmente ministra de Estado). Os diversos movimentos na Índia, desde Bhoomi Sena até Chipko, de Bhopal até o vale de Narmada, são outros casos de grande relevância junto aos quais a PP desempenhou algum papel.

A comunicação entre especialistas externos e usuários leigos é também digna de nota nos movimentos (como afirma Tomás Villasante da Espanha), pois é necessário “passar dos rituais tradicionais de reprodução do conhecimento e pautas de conduta para contra-ritos que propiciem construções reflexivas, complexas e práticas”. É preciso “carregar e potencializar as sinergias”⁴⁸ em todo esse processo de reconstrução e defesa do local e do que lhe é próprio a fim de reconstruir um novo imaginário em torno da ideia de participação por meio de frentes comunitárias, foros cívicos, mesas de consenso popular e conselhos de zonas, etc. Além disso, é preciso tomar cuidado para não andar para trás com movimentos reacionários (como alguns de índole religiosa, política, racial ou de gênero) que insistem em práticas de violência que no passado foram claras fontes de opressão, exploração, preconceito, fanatismo e morte.

No congresso foi criticada a ideia de que há “povos sem história”, pois essa assertiva contém conotações racistas e etnocêntricas inadmissíveis, como demonstram as realidades dos povos negros nos Estados Unidos e os mestiços na América Latina. Esses grupos tem uma grande dinâmica (dos baianos até os habitantes de Ciudad Bolívar, em Bogotá, e as comunas de Bucaramanga estudadas por meio da PP) e não podem ser explicados com as teorias sobre a marginalidade ou com o funcionalismo vigente. Há experiências participativas de reconstrução étnica, como entre os Oyonomán da Venezuela. Por outro lado, observamos falas étnicas em ONGs cujos líderes prescrevem participação, mas a denegam em suas práticas internas, de modo que, ao tentar suplantam os

⁴⁸ A respeito das sinergias, foi retomado a interessante – e pouco conhecida – análise da experiência campesina colombiana realizada por León Zamose (1987).

serviços do Estado, tornam-se vulneráveis aos defeitos dele, tal como em Senegal, Moçambique e outros países. Alguns colegas, como Smitu Kothari da Índia, defenderam a designação das ONGs por termos como “grupos de ação social” capazes de refletir um compromisso com as bases populares, merecendo mais respeito.

SOBRE VIOLÊNCIA, CONFLITOS E REPRESSÃO

O grupo de trabalho coordenado por Camilo Borrero⁴⁹ enfatizou persistentes problemas tanto no meio urbano quanto no meio rural. Houve consenso em imputar a causa desses problemas à violência e às pautas desiguais de distribuição de riqueza gerada pelas classes produtivas em todos os países, situação piorada pelas recentes políticas de abertura neoliberais que polarizam economicamente as sociedades. A falta de equidade, justiça e generosidade neste campo é um crime de lesa humanidade que, se não é combatido, implica altas doses de confronto interno e decomposição nacional, como atesta o triste caso da Colômbia.

A contribuição da P(A)P para a resolução de conflitos foi reconhecida. Também houve preocupação em relação a um tema pouco discutido: quais são as explicações para que algumas sociedades, como na América Central, sejam mais maduras do que outras para a resolução pacífica dos conflitos? Vimos que o apelo à P(A)P é uma maneira de desvelar os imaginários e as representações que sustentam lógicas de violência, contendo chaves para a prevenção: não conhecemos outras metodologias que também permitam essa abordagem.

É possível fomentar projetos de paz, ainda que em situações extremas. Tal foi a conclusão geral atingida não apenas pelo grupo de trabalho, mas pela conferência plenária coordenada por Gustavo de Roux (que também fez a muito aplaudida Pesquisa para a Paz) e Marja Liisa Swantz. Nesta conferência havia seis dirigentes populares: Manuel Serna (Cimitarra, Colômbia), Eduardo Tinkam (Mosquitia, Nicarágua), Leonor Zalabata (Arthuacos, Colômbia), C. S. Kilala e Mwajuma Masaiganah (Tanzânia).

⁴⁹ Expositores: Alaf Hussein, M. Saleem, Ms. Diferosa, Giulio Girardi, Mará Clara Jimeno e Víctor Hugo Torres. Francisco de Roux, da Colômbia, iniciou este grupo.

Conforme os expositores, as forças de decomposição da sociedade e da cultura são hoje mais diversas e poderosas, além de estarem armadas. A repressão frequentemente é irracional, excessiva e desorientada das realidades locais e regionais. Uma questão dizia respeito a como seria a sociedade contemporânea se, por exemplo, fossem cumpridas as resoluções sobre o desarmamento e a proibição de minas, expedida pela ONU, bem como a transformação das fábricas de canhões em fundações agrícolas e o respeito aos direitos humanos e à autodeterminação dos povos e das etnias. Por outro lado, as forças do Estado foram denunciadas como responsáveis pela expansão da violência.

Em muitos países, o acesso à justiça tem sido transformado de uma concepção meramente destinada a fazer valer os direitos para uma concepção vinculada à equidade e à solução de pequenas causas comunitárias com tutelas e cuidados. Isso tem conduzido a uma maior atenção ao componente cultural na sociedade civil: o modo como as comunidades são constituídas e vivem conceitos como justiça e injustiça, equidade, autoridade e poder para induzir transformações sociais e políticas.

Tanto expositores quanto grupos de trabalho demonstraram preocupações com as práticas repressivas e as perturbadoras consequências locais. Tal foi a informação recebida do Paquistão, Colômbia, Guatemala e Bolívia. A necessidade do diálogo entre os atores do processo de conflito é importante, bem como a participação de grupos de decisão política a fim de ampliar a capacidade de negociação, manejar informações adequadas e respaldar decisões em prol da convivência. É evidente que o uso da repressão e do castigo contra os povos que protestam por causas justas não é a resposta adequada para resolver as necessidades, mas um fator de piora da situação.

O COMBATE AO *ETHOS* DA INCERTEZA

Com tantos elementos em mãos, ao reconhecer a cruel transição do fim deste século – que engendrou violência, vícios, consumismo, fome e pobreza – o Congresso Mundial de Convergência Participativa de Cartagena confirmou o que os expositores asseveraram desde o início: nossas sociedades sofrem de

uma *malaise* geral referente ao preocupante *ethos* da incerteza. As dimensões observadas e analisadas em nosso evento são causas eficientes e efeitos circulares deste *ethos* maligno. O fato de não sabermos para onde vamos nem como estamos procedendo produz mal-estar e angústia.

Como romper o círculo vicioso da incerteza em nossa época? Desde o primeiro dia do congresso, como vimos, alguns participantes propuseram a elaboração de um *ethos* alternativo capaz de conjugar elementos de atitudes rebeldes, como heresia, subversão e libertação, marcas comprometidas com transformações por justiça. Agnes Heller falou de horizontes históricos não tão distantes, bem como do sentido de responsabilidade que assumimos como seres pensantes e atuantes diante dos problemas imediatos. Sem descartar as utopias, Heller demonstrou as inconsistências e os perigos frustrantes da planificação econômica a longo prazo, bem como os perigos do neoliberalismo.⁵⁰ O aqui e o agora pós-modernos incidem como elementos distintivos do que sentimos como vazio ou incongruente e é justamente isso que devemos superar. Wallerstein, por sua vez, convidou que buscássemos “não qualquer convergência, mas uma que seja justa, inteligente e substantivamente racional”.

Essas colocações críticas e rebeldes, reafirmadas por outras intervenções, animaram a esperança dos pesquisadores participativos, especialmente os jovens presentes no congresso. Todos nós descobrimos que as reservas cotidianas de sociabilidade e solidariedade, tão atacadas hoje pela globalização, seguem vivas e resistem nas comunidades de base, veredas, casarios e aldeias, como em Arroyogrande e Henequén, próximas de Cartagena, que foram visitadas no evento. O mesmo ocorreu com as comunidades dos dirigentes populares da Nicarágua, Tanzânia e Colômbia que, em um dos melhores momentos do evento, ensinaram como reconstruir a paz por vias não-violentas, indicando as condições para triunfar em tão arriscado intento.

Houve outras contribuições importantes nessa direção de uma autocrítica: o grupo de historiadores das redes de pesquisa participativa no mundo, organizado por Budd Hall, e o “golpe de Estado” das delegadas que substituíram os coordenadores nos dias finais.

⁵⁰ São pertinentes as questões de Bourdieu (1997, p. 144-152), baseado em Husserl, a respeito da preocupação e do plano (que interfere no cinismo).

Quanto às histórias da PP,⁵¹ os participantes demonstraram o valor da constância nos processos de mudança e no ritmo da reflexão-ação. Diversos movimentos populares que participaram do evento tornaram-se vigorosos em seus respectivos países, oferecendo um índice da eficácia da prática. Assim relataram Hall, Marja Liisa Swants e Kemal Mustapha para a Tanzânia; Vio Grossi no Chile; Tandon na Índia; Ted Jackson no Canadá, etc.

Observamos que três problemas foram resolvidos: o papel do conhecimento na luta popular (*episteme* mais *techné*), o papel da prática útil que guie o trabalho a partir do ponto de vista moral e o papel do sentido de compromisso pessoal no qual sejam perceptíveis a lógica da ação e a lógica da pesquisa.

As delegadas foram presididas por Mwajuma Masaiganah (Tanzânia), Elsy Bonilla (Colômbia), María Salas (Peru), Marja L. Swantz, Patricia McGuire e outras companheiras. Elas lograram derrotar a frustração inicial, expressando pontos de vista de gênero sobre o evento e sobre o mundo. Seus ensinamentos e exemplos permaneceram em nossas mentes e nos documentos, bem como no presente registro. Ficou evidente que, sem elas e sua capacidade de organização, não podemos ganhar a segurança existencial de que necessitamos.

Finalmente, essas colocações nos levaram a considerar no congresso a necessidade de decisão para uma confluência de atuação, tendo em vista maior eficácia, tanto no espaço quanto no tempo, preparando o advento do século XXI com melhores ferramentas metodológicas, com mais convicção sobre a correção de nossos ideais e com mais decisão e compromisso com a história diante da necessidade inescapável de transformação de nossas sociedades.

Algumas das mais importantes metas no espaço-tempo geopolítico foram examinadas durante os últimos dias em forma de perguntas: sabemos impulsionar o movimento para um novo norte, tendo em vista uma corrente altruísta universal de etnogênese com maior dose de felicidade? Podemos frear as mãos ensanguentadas de etnocidas, paramilitares, fabricantes e comerciantes de armas, os múltiplos agentes da morte, a pobreza e a fome, que atuam

⁵¹ Participaram deste grupo: Ted Jackson, Peter Park, Miguel Ángel Osorio, Xavier Albó, Rajesh Tandon, Yussuf Kassam, Vera Gianotten, Ton de Wit, Marja Liisa Swantz, John Gaventa, Anne Martin, Robin McTaggart e Orlando Fals Borda.

como agente apocalípticos em um mundo que poderia ser mais respeitoso com a vida e mais equilibrado? Podemos aceitar o desafio final de Paulo Freire, feito em sua última mensagem no congresso, para “reviver sonhos e utopias e avivar a esperança” em nossos mundos e culturas, ou seja, em nosso tempo?

Essas perguntas ficaram pendentes e carentes de respostas específicas, mas seguem com os participantes do congresso para que possam no futuro, como prova do compromisso com os povos e consigo mesmos, bem como com um novo humanismo. Encerramos animados por esta grande ideia: a atual incerteza universal pode ser combatida com êxito.⁵²

Tal foi a responsabilidade científica e histórica de nosso Congresso de Convergência Participativa diante da gravidade dos problemas mundiais analisados. Uma vez mais, no congresso tratamos de convergir para a proteção das raízes humanas vitais, tanto no norte quanto no sul, irrigando-as com nosso suor e nossa sabedoria, orientados pela tolerância e pela generosidade que, cremos, possa ser estendida para todo o planeta. Os ideais altruístas foram reiteramos até o fim.

Tradução: Felipe Ziotti Narita

Texto originalmente publicado em espanhol no livro Participación popular: retos del futuro (ICFES, IEPRI, Colciencias, 1998).

REFERÊNCIAS

ALTHEIDE, David L.; JOHNSON, John M. Criteria for assessing interpretive validity in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Yvonna (eds.). **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razones practicas**. Barcelona: Anagrama, 1997.

CAMPFENS, Hubert. **Communitiy development around the world**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

⁵² Nesse sentido, foi muito estimulante receber o manifesto do Fórum Mundial das Alternativas, de maio de 1997, reunido em Dakar (Senegal) e encabeçado por Samir Amin, Pablo González Casanova, François Houtart e outras personalidades. Houve coincidência na tentativa de encontrar alternativas viáveis ao neoliberalismo e à globalização unilateral. O princípio da volta do pêndulo, que permitiu o retorno da socialdemocracia ao poder na Holanda, França e Inglaterra (com possibilidades no México, Argentina e outros países), abriu novas expectativas para uma mudança política mais geral.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Becoming critical**: education, knowledge and action research. Londres: The Falmer Press, 1986.

CASTELLS, Manuel. La insidiosa globalización. **El País**, Madri, 29 jul. 1997.

CHAMBERS, Robert. **Whose reality counts?** Putting the first last. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

CHAPPELL, V. C. (ed.). **Ordinary language**. Nova York: Dover, 1964.

CHECKLAND, P. B.; SCHOLES, J. **Soft Systems methodology in action**. Chichester: Wiley, 1990.

COENEN, Harry. Action research: the state of the art. **Quality in Human Inquiry**, Universidade de Bath, 1995.

DASH, D. P. Problems of action research as I see it. **Working Paper**, n. 14, Lincoln School of Management, University of Lincolnshire and Humberside, 1997.

DRUCKER, Peter F. **Post-capitalist society**. Nova York: Harper, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995

FALS BORDA, Orlando. **Por la praxis**: el problema de como investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Tercer Mundo, 1980.

FALS BORDA, Orlando; RAHMAN, Anisur. **Acción y conocimiento**. Bogotá: Cinep, 1991.

GADAMER, Hans-Georg. The phenomenological movement. In: GADAMER, Hans-Georg. **Philosophical hermeneutics**. Berkeley: University of California Press, 1977.

GLEICK, James. **Chaos**: making a new science. Nueva York, Viking, 1987.

HELLER, Agnes. From hermeneutics in social science. **Theory and Society**, v. 18, n. 3, 1989.

HIRSCHMAN, Albert O. **Tendencias autousubversivas**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HOFFMANN, Banesh. **Albert Einstein, creator and rebel**. Nova York: New American Library, 1972.

HORTON, Myles; FREIRE, Paulo. **We make the road by walking**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

HUSSERL, Edmund. **La crisis de las ciencias europeas y la fenomenología trascendental**. Barcelona: Crítica, 1991.

LEVIN, Morten. Action research and critical systems thinking. **Systems Practice**, v. 7, 1994.

LUTZ, Mark A.; LUX, Kenneth. **Humanistic economics: the new challenge**. Nova York: The Bootstrap Press, 1988.

MAYR, Ernst. **Toward a new philosophy of biology**, Cambridge: Harvard University Press, 1988.

MAX-NEEF, Manfred. **La economía descalza**. Estocolmo: Nordan, 1986.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. Uppsala: Cepaur, Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.

MCTAGGART, Robert. **Participatory action research: international contexts and consequences**. Ithaca: State University of New York Press, 1997.

MOSER, Heinz. La investigación acción como nuevo paradigma en las ciencias Sociales. In: MOSER, Heinz. **Crítica y política en las ciencias sociales**. Bogotá: Punta de Lanza, 1978.

RAHMAN, Anisur. The theory and practice of participatory action research. In: FALS BORDA, Orlando (ed.). **The challenge of social change**. Londres: Sage, 1985.

RAHNEMA, Majid; BAWTREE, Victoria (eds.). **The post-development reader**. Londres: Zed Books, 1997

REASON, Peter. **Participation in human inquiry**. Londres: Sage, 1994.

REASON, Peter. Three approaches to participative inquiry. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Yvonna (eds.). **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994.

SACHS, Wolfgang (ed.). **The development dictionary**. Londres: Zed Books, 1992.

TOULMIN, Stephen; GUSTAVSEN, Bjorn (eds.). **Beyond theory: changing organizations through participation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El futuro de la civilización capitalista**. Barcelona, Icaria, 1997.

WHYTE, W. F.; GREENWOOD, D. J.; LAZES, P. Par through practice to science in social research. In: WHYTE, W. F. (ed.). **Participatory action research**. Londres: Sage, 1991.

ZAMOSE, León. Campesinos y sociólogos: reflexiones sobre dos experiencias de investigación activa en Colombia. In: ZAMOSE, León. **La UAP en Colombia**. Bogotá: Foro por Colombia, 1987.

Recebido em: 23/07/2020

Aprovado em: 14/09/2020

